



# UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

**PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - PROPLAD**  
**COORDENADORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS - CCF**

**RELATÓRIO CONTÁBIL DO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2023**

**FEVEREIRO, 2024**

# SUMÁRIO

<b>1. DECLARAÇÃO DO CONTADOR .....</b>	<b>6</b>
<b>2. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS .....</b>	<b>8</b>
2.1 BALANÇO PATRIMONIAL .....	8
2.2 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO .....	11
2.3 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS .....	15
2.4 BALANÇO FINANCEIRO .....	17
2.5 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA .....	19
<b>3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E INSTÂNCIAS DE DECISÃO .....</b>	<b>21</b>
<b>4. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS .....</b>	<b>21</b>
<b>5. RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS .....</b>	<b>22</b>
<b>6. NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL .....</b>	<b>27</b>
6.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA .....	27
6.2 CRÉDITOS A CURTO PRAZO .....	27
6.3 VPDs PAGAS ANTECIPADAMENTE .....	28
6.4 IMOBILIZADO 28	
6.4.1 Bens Móveis .....	29
6.4.2 Bens Imóveis .....	30
6.4.3 Ajustes de Exercícios Anteriores realizados em contrapartida no Imobilizado .....	33
6.5 INTANGÍVEL 33	
6.5.1 Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis – Impairment .....	34
6.5.2 Ajustes de Exercícios Anteriores realizados no Intangível .....	34
6.6 OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO .....	34
6.7 FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR .....	35
6.8 DEMAIS OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO .....	37
6.9 DEMAIS RESERVAS .....	37
6.10 AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES .....	37
6.11 OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS A EXECUTAR .....	38
<b>7. NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO .....</b>	<b>40</b>
7.1 RESULTADO ORÇAMENTÁRIO .....	40
7.2 EXECUÇÃO DAS RECEITAS .....	40
7.2.1 Receitas Correntes .....	40
7.2.2 Receitas de Capital .....	42
7.3 EXECUÇÃO DAS DESPESAS .....	42
7.3.1 Despesas Correntes .....	42
7.3.2 Despesas de Capital .....	43
7.4 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS RESTOS A PAGAR .....	44
7.4.1 Execução de Restos a Pagar não Processados .....	44

7.4.2	Execução de Restos a Pagar Processados .....	47
<b>8</b>	<b>NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP) .....</b>	<b>47</b>
8.1	VPA - TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS .....	48
8.2	VPA – VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS – REAVLIAÇÃO DE ATIVOS.....	48
8.3	VPA – VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS – GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS .....	49
8.4	VPA – DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS.....	49
8.5	VPD - PESSOAL E ENCARGOS.....	49
8.6	VPD - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS .....	50
8.7	VPD – REAVLIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTES P/PERDAS.....	50
<b>9</b>	<b>NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO FINANCEIRO .....</b>	<b>50</b>
9.1	INGRESSOS: RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS .....	50
9.2	INGRESSOS: TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS .....	51
9.3	INGRESSOS: RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS.....	51
9.4	DISPÊNDIOS: DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS .....	52
9.5	DISPÊNDIOS: TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS .....	53
9.6	DISPÊNDIOS: PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIAS .....	53
<b>10</b>	<b>NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA .....</b>	<b>53</b>
10.1	FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS: TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS .....	53
10.2	FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS - DESEMBOLSO: EDUCAÇÃO .....	54
10.3	FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS - DESEMBOLSO: PREVIDÊNCIA SOCIAL.....	55
10.4	FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS: DESEMBOLSOS – TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS – INTRAGOVERNAMENTAIS .....	55
10.5	FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO: DESEMBOLSOS - AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE ....	55

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> - Caixa e Equivalentes de Caixa .....	27
<b>Tabela 2</b> - Detalhamento de Créditos a Curto Prazo .....	27
<b>Tabela 3</b> – Imobilizado .....	29
<b>Tabela 4</b> - Bens Móveis - Composição.....	29
<b>Tabela 5</b> - Detalhamento do grupo Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas .....	29
<b>Tabela 6</b> - Bens Imóveis - Composição.....	30
<b>Tabela 7</b> - Bens de Uso Especial - Composição .....	30
<b>Tabela 8</b> - Ajustes de Exercícios Anteriores - Ativo Imobilizado.....	33
<b>Tabela 9</b> - Intangível - Composição.....	34
<b>Tabela 10</b> - Vida útil do Software .....	34
<b>Tabela 11</b> – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar (CP) .....	35
<b>Tabela 12</b> - Fornecedores e Contas a Pagar - Composição.....	35
<b>Tabela 13</b> - Fornecedores e Contas a Pagar - por Unidade Gestora Contratante .....	35
<b>Tabela 14</b> - Fornecedores e Contas a Pagar - por Fornecedor .....	36
<b>Tabela 15</b> - Obrigações de Curto Prazo.....	37
<b>Tabela 16</b> – Movimentação da Conta de Ajustes de Exercícios Anteriores .....	38
<b>Tabela 17</b> - Obrigações Contratuais - Composição.....	38
<b>Tabela 18</b> - Obrigações Contratuais - por Unidade Gestora Contratante .....	38
<b>Tabela 19</b> - Obrigações Contratuais - por Contrato.....	39
<b>Tabela 20</b> - Previsão e Execução de Receitas e Despesas.....	40
<b>Tabela 21</b> - Arrecadação de Receitas Correntes – Composição .....	41
<b>Tabela 22</b> – Receita correntes previstas e arrecadadas por natureza de receita .....	41
<b>Tabela 23</b> - Despesas Correntes – Composição.....	42
<b>Tabela 24</b> – Despesas correntes - Valores empenhados por origem do orçamento .....	43
<b>Tabela 25</b> - Execução de despesas de capital.....	44
<b>Tabela 26</b> - Restos a Pagar Não Processados inscritos: origem do orçamento executado .....	44
<b>Tabela 27</b> - RPNP origem do orçamento FNDE.....	45
<b>Tabela 28</b> - Restos a Pagar Não Processados inscritos - por Unidade Gestora Executora .....	46
<b>Tabela 29</b> - Restos a Pagar - por Unidade Grupo de Despesa.....	47
<b>Tabela 30</b> – Restos a Pagar Processados por elemento de despesas.....	47
<b>Tabela 31</b> - Repasses recebidos durante o ano de 2023 .....	51
<b>Tabela 32</b> - Despesas orçamentárias por fonte de recursos.....	52
<b>Tabela 33</b> - Desembolsos – Transferências Concedidas – Intragovernamentais.....	55
<b>Tabela 34</b> - Desembolsos - Aquisição de Ativo Não Circulante .....	56

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> - Execução de RPNP por ano de emissão da nota de empenho .....	46
<b>Gráfico 2</b> - Desembolsos - Função Educação.....	54

# 1. DECLARAÇÃO DO CONTADOR



## UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

Av. da Universidade, 2853., - Bairro Benfica, Fortaleza/CE,  
CEP 60020-181 Telefone: 3366 7368 e Fax: @fax\_unidade@ -  
<http://ufc.br/>

*Processo 23067.004566/2024-17*

*Interessado: COORDENADORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS*

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2023 da Universidade Federal do Ceará.

Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2023 e é pautada no [Manual SIAFI - Macrofunção 020315 - CONFORMIDADE CONTÁBIL](#).

As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2023, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI, *exceto quanto os assuntos mencionados a seguir*:

### **1)SALDOS ALONGADOS/INDEVIDOS EM CONTAS DO ATIVO NÃO CIRCULANTE -**

**IMOBILIZADO** - Manutenção, ao final do exercício de 2023, de saldo em conta transitória de Obras em Andamento, no valor aproximado de R\$ 15 milhões.

Ao final do exercício, estas contas deveriam conter apenas os valores de obras ainda não concluídas. Portanto, os valores registrados nesta conta transitória, que compõem o item bens imóveis do ativo imobilizado, não refletem a realidade, por conterem valores de obras já concluídas. Esta inconsistência também acarreta a subavaliação do item Bens de Uso Especial no grupo bens imóveis, em razão da falta de registro de depreciação dos bens imóveis, tendo em vista que ele se inicia após registro na conta definitiva de bens imóveis, realizado no SPIUNET. Foi solicitado junto à Superintendência de Infraestrutura e Gestão Ambiental (UFC-INFRA), o envio das informações necessárias para realização da baixa das contas transitórias de bens móveis e o registro nas contas definitivas de bens imóveis, feito por meio do SPIUNET. No entanto, as informações não foram encaminhadas à contabilidade em 2023.

Em janeiro de 2024 a UFC-INFRA encaminhou informações para subsidiar a baixa dos valores das contas de obras em andamento e o registro no SPIUNET. A contabilidade analisará as informações apresentadas e encaminhará para registro no SPIUNET (feito no setor de Patrimônio), portanto, estima-se que a pendência seja sanada o início de 2024.

**2) SALDOS A LONGAGOS/INDEVIDOS EM CONTAS TRANSITÓRIAS ATIVO CIRCULANTE - Os valores do Grupo Créditos a Curto Prazo (Ativo Circulante) estão superavaliados em razão da manutenção de saldos alongados em contas de Adiantamento a Fornecedores.**

Trata-se de valores adiantados no âmbito de contratos celebrados com fundações de apoio, totalizando aproximadamente R\$ 7,54 milhões. Estes adiantamentos deveriam ser baixados mediante a comprovação da aplicação dos valores pelas fundações de apoio.

Solicitou-se à Coordenadoria de Contratos e Convênios (CCONV-PROPLAD) o envio das solicitações de baixa dos valores cuja aplicação já tenha sido feita pelas fundações de apoio. Até o encerramento do exercício não obtivemos resposta que do referido setor.

Fortaleza-CE, 30 de janeiro de 2024.

**Samuel Cavalcante Mota**

**Contador**

CRC-CE:019065/O

Coordenadoria de Contabilidade e Finanças  
Pró-Reitoria de Planejamento e Administração - PROPLAD  
Universidade Federal do Ceará



Documento assinado eletronicamente por **SAMUEL CAVALCANTE MOTA, Assessor Técnico**, em 30/01/2024, às 13:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufc.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufc.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **4759485** e o código CRC **792BD11B**.

## 2. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### 2.1 Balanço Patrimonial

ESPECIFICAÇÃO	ATIVO		ESPECIFICAÇÃO	PASSIVO	
	2023	2022		2023	2022
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>151.371.617,64</b>	<b>131.452.977,77</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>290.455.555,84</b>	<b>243.535.546,74</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa <a href="#">6.1</a>	128.109.723,15	112.747.724,26	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo <a href="#">6.6</a>	106.445.803,63	103.444.664,75
Créditos a Curto Prazo <a href="#">6.2</a>	21.959.726,80	17.595.875,29	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Dívida Ativa Não Tributária		4.283,76	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo <a href="#">6.7</a>	8.591.784,35	3.303.157,62
Demais Créditos e Valores	23.657.164,80	19.115.456,61	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Curto Prazo	- 1.697.438,00	- 1.523.865,08	Transferências Fiscais a Curto Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Provisões a Curto Prazo	-	-
Estoques	601.320,52	713.594,22	Demais Obrigações a Curto Prazo <a href="#">6.8</a>	175.417.967,86	136.787.724,37
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-			
VPDs Pagas Antecipadamente <a href="#">6.3</a>	700.847,17	395.784,00			
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>1.455.281.284,10</b>	<b>1.405.970.522,60</b>	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	378.128,91	40.036,19	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	-	-
Créditos a Longo Prazo	378.128,91	40.036,19	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Dívida Ativa Não Tributária	28.826.727,32	5.046.622,32	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Créditos Previdenciários do RPPS		-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo	- 28.448.598,41	- 5.006.586,13	Transferências Fiscais a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	<b>TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL</b>	<b>290.455.555,84</b>	<b>243.535.546,74</b>
Propriedades para Investimento	-	-	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
Propriedades para Investimento	-	-	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-			
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
			Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Reservas de Capital	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-



(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-			
			Reservas de Lucros	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
			Demais Reservas <a href="#">6.9</a>	464.320.547,06	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
			Resultados Acumulados	851.876.798,88	1.293.887.953,60
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-			
			Resultado do Exercício	- 20.615.345,47	423.727.768,57
Imobilizado <a href="#">6.4</a>	1.454.248.425,70	1.405.282.702,80			
			Resultados de Exercícios Anteriores	882.378.517,87	845.677.054,64
Bens Móveis	196.500.996,11	205.972.395,60			
			Ajustes de Exercícios Anteriores <a href="#">6.10</a>	- 9.886.373,52	24.483.130,40
Bens Móveis	346.535.076,05	341.847.379,00			
			(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	- 150.034.079,94	- 135.874.983,40			
			<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>1.316.197.345,90</b>	<b>1.293.887.953,60</b>
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			
Bens Imóveis	1.257.747.429,60	1.199.310.307,20			
Bens Imóveis	1.267.740.982,30	1.207.136.202,40			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	- 9.993.552,75	- 7.825.895,17			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível <a href="#">6.5</a>	654.729,53	647.783,57			
Softwares	654.729,53	647.783,57			
Softwares	658.767,12	650.871,12			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	- 4.037,59	- 3.087,55			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind.	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			

Diferido	-	-		
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>1.606.652.901,80</b>	<b>1.537.423.500,30</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>1.606.652.901,80 1.537.423.500,30</b>

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES					
ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
ATIVO FINANCEIRO	128.109.723,15	112.747.724,26	PASSIVO FINANCEIRO	274.667.976,46	149.502.565,61
ATIVO PERMANENTE	1.478.543.178,60	1.424.675.776,10	PASSIVO PERMANENTE	116.069.703,53	134.823.649,91
<b>SALDO PATRIMONIAL</b>				<b>1.215.915.221,80</b>	<b>1.253.097.284,80</b>

QUADRO DE COMPENSAÇÕES					
ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	159.938.993,08	106.688.785,71	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	251.545.237,24	231.597.754,59
Atos Potenciais Ativos	159.938.993,08	106.688.785,71	Atos Potenciais Passivos	251.545.237,24	231.597.754,59
Garantias e Contragarantias Recebidas	14.302.076,50	13.833.905,40	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	136.889.954,07	84.405.371,25	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	6.367.656,06	6.367.656,06
Direitos Contratuais	8.746.962,51	8.449.509,06	Obrigações Contratuais <a href="#">6.11</a>	245.177.581,18	225.230.098,53
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>159.938.993,08</b>	<b>106.688.785,71</b>	<b>TOTAL</b>	<b>251.545.237,24</b>	<b>31.597.754,59</b>

#### DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	- 90.384.336,95
Recursos Vinculados	- 56.173.916,36
Educação	- 13.374.985,29
Seguridade Social (Exceto Previdência)	- 4.687.692,30
Previdência Social (RPPS)	-
Dívida Pública	- 35.177.009,35
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	- 2.934.229,42
<b>TOTAL</b>	<b>- 146.558.253,31</b>

Fonte: dados extraídos do SIAFIWeb

## 2.2 Balanço Orçamentário

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS 7.2	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>9.887.927,00</b>	<b>9.887.927,00</b>	<b>9.369.377,96</b>	<b>-518.549,04</b>
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	2.131.730,00	2.131.730,00	1.803.072,62	-328.657,38
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	2.131.730,00	2.131.730,00	1.803.072,62	-328.657,38
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	4.673,00	4.673,00	7.665,01	2.992,01
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	5.379.437,00	5.379.437,00	6.905.253,17	1.525.816,17
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	5.379.437,00	5.379.437,00	6.905.253,17	1.525.816,17
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-

Outras Receitas Correntes	2.372.087,00	2.372.087,00	653.387,16	-1.718.699,84
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	34.646,00	34.646,00	220.930,65	186.284,65
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	1.998.628,00	1.998.628,00	390.584,10	-1.608.043,90
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	338.813,00	338.813,00	41.872,41	-296.940,59
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>745.890,00</b>	<b>745.890,00</b>	<b>1.449.190,42</b>	<b>703.300,42</b>
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	745.890,00	745.890,00	1.449.190,42	703.300,42
Alienação de Bens Móveis	745.890,00	745.890,00	1.449.190,42	703.300,42
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DE RECEITAS</b>	<b>10.633.817,00</b>	<b>10.633.817,00</b>	<b>10.818.568,38</b>	<b>184.751,38</b>
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-

SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	10.633.817,00	10.633.817,00	10.818.568,38	184.751,38
DEFICIT 7.1			1.927.572.245,82	1.927.572.245,82
TOTAL	10.633.817,00	10.633.817,00	1.938.390.814,20	1.927.756.997,20
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	126.083.734,00	-	-126.083.734,00
Superavit Financeiro	-	2.024.353,00	-	-
Excesso de Arrecadação	-	146.967,00	-	-
Créditos Cancelados	-	123.912.414,00	-	-

<b>DESPA 7.3</b>						
<b>DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>DOTAÇÃO INICIAL</b>	<b>DOTAÇÃO ATUALIZADA</b>	<b>DESPESAS EMPENHADAS</b>	<b>DESPESAS LIQUIDADAS</b>	<b>DESPESAS PAGAS</b>	<b>SALDO DA DOTAÇÃO</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>1.700.277.395,00</b>	<b>1.837.565.976,00</b>	<b>1.882.746.061,40</b>	<b>1.844.740.932,60</b>	<b>1.674.275.251,70</b>	<b>45.180.085,41</b>
Pessoal e Encargos Sociais	1.515.733.118,00	1.602.596.533,00	1.593.375.056,40	1.593.375.056,40	1.439.513.188,60	9.221.476,57
Juros e Encargos da Dívida						
Outras Despesas Correntes	184.544.277,00	234.969.443,00	289.371.004,98	251.365.876,17	234.762.063,08	54.401.561,98
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>31.063.473,00</b>	<b>19.858.626,00</b>	<b>55.644.752,79</b>	<b>7.430.877,36</b>	<b>7.342.963,29</b>	<b>35.786.126,79</b>
Investimentos	31.063.473,00	19.858.626,00	55.644.752,79	7.430.877,36	7.342.963,29	35.786.126,79
Inversões Financeiras						
Amortização da Dívida						
RESERVA DE CONTINGÊNCIA						
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>1.731.340.868,00</b>	<b>1.857.424.602,00</b>	<b>1.938.390.814,20</b>	<b>1.852.171.810,00</b>	<b>1.681.618.214,90</b>	<b>80.966.212,20</b>
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO						
Amortização da Dívida Interna						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
Amortização da Dívida Externa						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	1.731.340.868,00	1.857.424.602,00	1.938.390.814,20	1.852.171.810,00	1.681.618.214,90	80.966.212,20
<b>TOTAL</b>	<b>1.731.340.868,00</b>	<b>1.857.424.602,00</b>	<b>1.938.390.814,20</b>	<b>1.852.171.810,00</b>	<b>1.681.618.214,90</b>	<b>80.966.212,20</b>

<b>ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS 7.4.1</b>						
<b>DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	<b>INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO</b>	<b>LIQUIDADOS</b>	<b>PAGOS</b>	<b>CANCELADOS</b>	<b>SALDO</b>

		EXERCÍCIO ANTERIOR				
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>9.126.371,06</b>	<b>23.111.787,48</b>	<b>17.039.509,77</b>	<b>16.518.539,03</b>	<b>1.834.403,20</b>	<b>13.885.216,31</b>
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	9.126.371,06	23.111.787,48	17.039.509,77	16.518.539,03	1.834.403,20	13.885.216,31
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>2.913.467,26</b>	<b>5.642.696,37</b>	<b>6.267.600,87</b>	<b>6.210.091,23</b>	-	<b>2.346.072,40</b>
Investimentos	2.913.467,26	5.642.696,37	6.267.600,87	6.210.091,23	-	2.346.072,40
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>12.039.838,32</b>	<b>28.754.483,85</b>	<b>23.307.110,64</b>	<b>22.728.630,26</b>	<b>1.834.403,20</b>	<b>16.231.288,71</b>

<b>ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS 7.4.2</b>						
<b>DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	<b>INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	<b>PAGOS</b>	<b>CANCELADOS</b>	<b>SALDO</b>	
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>282.084,40</b>	<b>106.902.571,57</b>	<b>106.902.571,57</b>	<b>106,67</b>	<b>281.977,73</b>	
Pessoal e Encargos Sociais	-	98.123.856,23	98.123.856,23	-	-	
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	
Outras Despesas Correntes	282.084,40	8.778.715,34	8.778.715,34	106,67	281.977,73	
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>771.062,57</b>	<b>141.619,17</b>	<b>141.619,17</b>	-	<b>771.062,57</b>	
Investimentos	771.062,57	141.619,17	141.619,17	-	771.062,57	
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	
<b>TOTAL</b>	<b>1.053.146,97</b>	<b>107.044.190,74</b>	<b>107.044.190,74</b>	<b>106,67</b>	<b>1.053.040,30</b>	

Fonte: dados extraídos do SIAFIWeb

## 2.3 Demonstração das Variações Patrimoniais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2023	2022
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>2.186.513.041,04</b>	<b>2.495.090.758,43</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	9.123.912,83	6.445.984,92
Venda de Mercadorias	7.665,01	5.118,31
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	9.116.247,82	6.440.866,61
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	4.476.975,78	15.412,75
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	4.476.975,78	15.086,86
Variações Monetárias e Cambiais	-	325,89
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas <a href="#">8.1</a>	2.054.850.114,00	1.975.823.284,46
Transferências Intragovernamentais	2.050.973.184,37	1.972.305.049,56
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	3.876.929,63	3.518.234,90
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	95.794.272,67	505.901.523,64
Reavaliação de Ativos <a href="#">8.2</a>	-	407.914.075,53
Ganhos com Alienação	160.039,42	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	4.939.736,45	3.438.752,41
Ganhos com Desincorporação de Passivos <a href="#">8.3</a>	90.694.496,80	94.548.695,70
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	22.267.765,76	6.904.552,66
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	269.300,00
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	403.684,53	1.602.798,70
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas <a href="#">8.4</a>	21.864.081,23	5.032.453,96
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>2.207.128.386,51</b>	<b>2.071.362.989,86</b>
Pessoal e Encargos <a href="#">8.5</a>	1.027.200.075,88	948.353.029,81
Remuneração a Pessoal	808.846.345,93	749.886.705,95
Encargos Patronais	175.865.518,62	165.773.942,84
Benefícios a Pessoal	41.700.964,74	32.043.881,02
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	787.246,59	648.500,00
Benefícios Previdenciários e Assistenciais <a href="#">8.6</a>	613.796.277,37	581.499.782,56
Aposentadorias e Reformas	468.959.663,57	442.321.173,93
Pensões	132.975.582,86	127.112.535,49
Benefícios de Prestação Continuada	-	-

Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	11.861.030,94	12.066.073,14
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	158.108.879,27	156.240.510,15
Uso de Material de Consumo	4.693.206,49	4.415.392,76
Serviços	134.817.007,58	133.503.090,33
Depreciação, Amortização e Exaustão	18.598.665,20	18.322.027,06
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	228.415,35	1.775,23
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	227.414,13	201,41
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	1.001,22	1.573,82
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	236.171.994,28	247.232.358,43
Transferências Intragovernamentais	236.058.238,50	240.216.533,71
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	77.431,99	46.681,20
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	36.323,79	6.969.143,52
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	106.284.827,77	81.316.264,53
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas 8.7	25.167.425,23	5.341.726,56
Perdas com Alienação	-	397.094,25
Perdas Involuntárias	4.292,83	116.442,02
Incorporação de Passivos	77.820.108,03	61.863.957,70
Desincorporação de Ativos	3.293.001,68	13.597.044,00
Tributárias	5.289.293,43	4.982.712,13
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	10.479,77	14.875,84
Contribuições	5.278.813,66	4.967.836,29
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	60.048.623,16	51.736.557,02
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	60.006.326,90	51.722.359,51
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	42.296,26	14.197,51
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>-20.615.345,47</b>	<b>423.727.768,57</b>

Fonte: dados extraídos do SIAFIWeb



## 2.4 Balanço Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
Receitas Orçamentárias 9.1	10.818.568,38	8.732.328,59	Despesas Orçamentárias 9.4	1.938.390.814,20	1.739.104.575,66
Ordinárias	-	-	Ordinárias	1.277.767.997,12	1.121.966.778,27
Vinculadas	12.628.074,36	9.976.766,05	Vinculadas	660.622.817,08	617.137.797,39
Previdência Social (RPPS)	-	-	Educação	6.106.615,83	39.634.642,19
Alienação de Bens e Direitos		456.200,00	Seguridade Social (Exceto Previdência)	73.502.557,77	649.752,23
Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios		-	Previdência Social (RPPS)	502.224.057,27	565.800.392,19
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	12.628.074,36	-	Dívida Pública	62.483.043,47	
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		9.520.566,05	Alienação de Bens e Direitos		399.392,00
Recursos Extraorçamentários		-	Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios		-
Recursos Não Classificados		-	Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	16.306.542,74	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-1.809.505,98	-1.244.437,46	Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		10.653.618,78
			Recursos Extraorçamentários		-
			Recursos Não Classificados		-
Transferências Financeiras Recebidas 9.2	2.050.585.420,55	1.972.121.669,29	Transferências Financeiras Concedidas 9.5	236.046.471,94	240.113.303,29
Resultantes da Execução Orçamentária	2.013.101.775,90	1.928.603.573,20	Resultantes da Execução Orçamentária	231.147.588,39	229.382.952,44
Repasse Recebido	1.782.279.801,54	1.699.541.337,73	Repasse Concedido	325.614,03	320.716,97
Sub-repasse Recebido	230.821.974,36	229.062.235,47	Sub-repasse Concedido	230.821.974,36	229.062.235,47
Independentes da Execução Orçamentária	37.483.644,65	43.518.096,09	Independentes da Execução Orçamentária	4.898.883,55	10.730.350,85
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	35.845.408,59	41.860.381,24	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	3.744.975,99	8.528.237,27
Demais Transferências Recebidas	3.214,18	4.592,30	Demais Transferências Concedidas		61.744,06
Movimentação de Saldos Patrimoniais	1.635.021,88	1.653.122,55	Movimento de Saldos Patrimoniais	1.153.907,56	2.140.369,52
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários 9.3	259.601.107,91	139.111.756,31	Pagamentos Extraorçamentários 9.6	131.205.811,81	135.284.782,83
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	170.553.595,02	106.918.535,96	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	107.044.190,74	102.123.041,22
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	86.219.004,24	28.754.483,85	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	22.728.630,26	31.889.476,09
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.433.133,27	1.282.098,26	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.432.990,81	1.272.265,52
Outros Recebimentos Extraorçamentários	1.395.375,38	2.156.638,24	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Arrecadação de Outra Unidade	1.019.378,12	2.076.488,39			
Demais Recebimentos	375.997,26	80.149,85			
Saldo do Exercício Anterior	112.747.724,26	107.284.631,85	Saldo para o Exercício Seguinte	128.109.723,15	112.747.724,26
Caixa e Equivalentes de Caixa	112.747.724,26	107.284.631,85	Caixa e Equivalentes de Caixa	128.109.723,15	112.747.724,26

TOTAL	2.433.752.821,10	2.227.250.386,04	TOTAL	2.433.752.821,10	2.227.250.386,04
-------	------------------	------------------	-------	------------------	------------------

**Fonte:** dados extraídos do SIAFIWeb

## 2.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa

	2023	2022
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>27.607.482,16</b>	<b>13.961.348,61</b>
<b>INGRESSOS</b>	<b>2.062.783.307,16</b>	<b>1.983.836.534,38</b>
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	1.803.072,62	1.616.608,89
Receita Agropecuária	7.665,01	5.118,31
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	6.905.253,17	4.802.733,53
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	653.387,16	1.851.667,86
Transferências Recebidas <a href="#">10.1</a>	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	2.053.413.929,20	1.975.560.405,79
Ingressos Extraorçamentários	1.433.133,27	1.282.098,26
Transferências Financeiras Recebidas	2.050.585.420,55	1.972.121.669,29
Arrecadação de Outra Unidade	1.019.378,12	2.076.488,39
Demais Recebimentos	375.997,26	80.149,85
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-2.035.175.825,00</b>	<b>-1.969.875.185,77</b>
Pessoal e Demais Despesas	-1.619.189.615,45	-1.561.562.996,17
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-448.300,00	-109.532,41
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-148.334,04
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social <a href="#">10.3</a>	-598.399.815,06	-569.616.004,56
Saúde	-308.034,49	-3.077.030,65
Trabalho	-	-
Educação <a href="#">10.2</a>	-1.017.143.929,04	-985.875.377,70
Cultura	-480.261,49	-
Direitos da Cidadania	-	-157.872,00
Urbanismo	-198.014,00	-358.358,87
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-1.219.779,32	-1.812.407,49
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-25.187,72
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-905.573,66	-298.025,07
Desporto e Lazer	-12.089,39	-22.933,00
Encargos Especiais	-73.819,00	-61.932,66
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-

Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-178.506.746,80	-166.926.620,79
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais <a href="#">10.4</a>	-178.422.359,81	-166.879.939,59
Outras Transferências Concedidas	-84.386,99	-46.681,20
Outros Desembolsos Operacionais	-237.479.462,75	-241.385.568,81
Dispêndios Extraorçamentários	-1.432.990,81	-1.272.265,52
Transferências Financeiras Concedidas	-236.046.471,94	-240.113.303,29
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>-12.245.483,27</b>	<b>-8.498.256,20</b>
<b>INGRESSOS</b>	<b>1.449.190,42</b>	<b>456.200,00</b>
Alienação de Bens	1.449.190,42	456.200,00
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-13.694.673,69</b>	<b>-8.954.456,20</b>
Aquisição de Ativo Não Circulante <a href="#">10.5</a>	-12.937.187,43	-8.954.456,20
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-757.486,26	-
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>INGRESSOS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>15.361.998,89</b>	<b>5.463.092,41</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL</b>	<b>112.747.724,26</b>	<b>107.284.631,85</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL</b>	<b>128.109.723,15</b>	<b>112.747.724,26</b>

Fonte: dados extraídos do SIAFIWeb

### 3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E INSTÂNCIAS DE DECISÃO

A Universidade Federal do Ceará (UFC), criada em 1954, é uma instituição federal de ensino superior, constituída como autarquia educacional de regime especial e vinculada ao Ministério da Educação.

A UFC é regida administrativa e juridicamente de acordo com seu Estatuto, Regimento Geral e Regimento Interno de suas diversas unidades. A administração e coordenação das atividades universitárias são exercidas em dois níveis: Administração Superior e Administração Acadêmica.

O Organograma e o detalhamento das unidades que compõem a Administração Superior e a Administração acadêmica podem ser consultados no site da UFC, por meio do link: <https://www.ufc.br/a-universidade/administracao-da-ufc/85-estrutura-organizacional-e-instancias-de-decisao>.

### 4. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis Consolidadas da Universidade Federal do Ceará (UFC) são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

Elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), as Demonstrações Contábeis (DCON) consolidam as contas das Unidades Gestoras da Universidade Federal do Ceará, do Hospital Universitário Walter Cantídio (HUWC) e da Maternidade Escola Assis Chateaubriand (MEAC).

O objetivo principal das demonstrações contábeis é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a situação econômico-financeira da entidade, quais sejam: a sua situação patrimonial, o seu desempenho e os seus fluxos de caixa, em determinado período ou exercício financeiro.

As estruturas e a composição das DCON estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Dessa forma, as DCON são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);

- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF)
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), exige que todas as receitas e as despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, sejam controladas em um único caixa. Dessa forma, no BF, os saldos oriundos do exercício anterior e os destinados ao exercício seguinte estão concentrados no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa;

## **5. RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS**

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da União e, por consequência, na UFC, tendo em consideração as opções e premissas do modelo PCASP.

### **a) Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras**

A moeda funcional da União é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. A única exceção se refere aos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa, no BF e na DFC, que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior.

### **b) Caixa e equivalentes de caixa**

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

### **c) Créditos a curto prazo**

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) adiantamentos; e (vi) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros. É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

d) Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais da União. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

e) Estoques

Compreendem as mercadorias para revenda (dentre elas, os estoques reguladores da União), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

f) Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) investimentos temporários; e (vi) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

g) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

#### h) Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

#### i) Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

#### j) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.



Outras informações sobre os critérios utilizados para registro de depreciação de bens imóveis podem ser consultadas na [PORTARIA CONJUNTA STN/SPU Nº 10, DE 4 DE JULHO DE 2023.](#)

k) Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

l) Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas.

m) Ajustes de Exercícios Anteriores

Há que se ressaltar também a prática contábil utilizada que se denomina Ajustes de Exercícios Anteriores. Esses ajustes compõem a linha de Resultados Acumulados do BP (também composta pelo Resultado do Exercício e pelos Resultados de Exercícios anteriores), que recebem registros tanto positivos quanto diminutivos que afetam diretamente o Patrimônio Líquido do órgão, isto é, sem transitar pelas contas de resultado, por se referir a exercícios encerrados. Cabe destacar que as contas de Ajustes de Exercícios Anteriores têm a finalidade de registrar os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

n) Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro.

n.1) Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPAs) e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPDs).

As VPAs são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPDs são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPAs e VPDs, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPAs e VPDs é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

#### n.2) Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

#### n.3) Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da UFC.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A seguir, são detalhados os principais itens dos demonstrativos contábeis. Nas tabelas e figuras apresentadas nas Notas Explicativas (NE), podem ser encontradas divergências entre a soma das parcelas e o respectivo total em função de arredondamentos.

## 6. NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL

A seguir, serão apresentadas considerações acerca dos itens do Balanço Patrimonial (BP) levando em conta as variações mais relevantes do exercício de 2023 em relação ao saldo final do exercício anterior, bem como informações específicas sobre o Ativo Imobilizado, Ativo Intangível, Ajustes para Perdas, Fornecedores e Contas a Pagar, Obrigações Contratuais e Ajustes de Exercícios Anteriores.

### 6.1 Caixa e Equivalentes de Caixa

O valor disponível a que os órgãos têm direito a sacar da Conta Única do Tesouro Nacional, mantida no Banco Central do Brasil para atender às despesas, está registrado na conta de Limite de Saque com Vinculação de Pagamento, que contém o montante/limite à disposição dos órgãos (inclusive, os valores decorrentes de arrecadação própria).

O total da conta Caixa é apresentado no Balanço Patrimonial, no Balanço Financeiro (do lado dos dispêndios no item Saldo para o Exercício Seguinte), como também na Demonstração dos Fluxos de Caixa, no item Caixa e Equivalente de Caixa Final.

A variação entre o saldo apresentado no encerramento do exercício de 2022 e o saldo final de 2023 consiste em um acréscimo de 13,63%, conforme Tabela 1. Cabe ressaltar que aproximadamente 94% do valor disponível em 31/12/2023 é referente a recursos já comprometidos com pagamentos que foram realizados no primeiro dia útil de janeiro de 2024. A maior parcela desses pagamentos efetuados no início de outubro se refere à folha de pessoal do mês de dezembro/2023.

**Tabela 1** - Caixa e Equivalentes de Caixa

Conta Contábil	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	128.109.723,15	112.747.724,26	13,63%

Fonte: SIAFI.

### 6.2 Créditos a Curto Prazo

Os créditos a receber de curto prazo apresentaram valores aproximadamente 25% superiores ao final do exercício de 2023, quando comparado com o saldo final do exercício 2022. Este acréscimo é decorrente, principalmente, do aumento dos valores de valores de adiantamento de 13º salário (aproximadamente 27%) em 31/12/2023, quando comparado ao mesmo período do ano anterior, conforme demonstrado na Tabela 2.

**Tabela 2** - Detalhamento de Créditos a Curto Prazo

Conta Contábil	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)	AV(%)
<b>DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA - CONSOLIDACAO</b>	0,00	4.283,76	-100,00%	0,00%
<b>13 SALARIO - ADIANTAMENTO</b>	<b>9.422.229,21</b>	<b>7.402.195,47</b>	<b>27,29%</b>	<b>42,91%</b>
<b>ADIANTAMENTO DE FERIAS</b>	2.290.629,96	1.650.508,79	38,78%	10,43%

<b>SALARIOS E ORDENADOS - PAGAMENTO ANTECIPADO</b>	1.137.852,07	1.376.018,81	-17,31%	5,18%
<b>ADIANTAMENTO A PRESTADORES DE SERVICOS</b>	7.541.049,30	6.366.426,12	18,45%	34,34%
<b>CRED A REC POR FOLHA DE PAGAMENTO</b>	704.613,49	405.274,37	73,86%	3,21%
<b>CRED A REC POR DEB DE TERCEIRO EM PREST SERV</b>	231.030,29	231.030,29	0,00%	1,05%
<b>OUTROS CREDITOS ADMINISTRATIVOS</b>	30.125,75	14.104,64	113,59%	0,14%
<b>ALUGUEIS A RECEBER</b>	541.427,49	134.176,79	303,52%	2,47%
<b>CREDITOS A RECEBER POR PGTO EM DUPLICIDADE</b>	12.379,24	12.379,24	0,00%	0,06%
<b>CRED A REC DECOR DE INFRAC LEG E CONTRATUAIS</b>	849.925,37	758.571,72	12,04%	3,87%
<b>CRED A RECEBER POR CESSAO DE PESSOAL</b>	0,00	4.783,31	-100,00%	0,00%
<b>OUTROS CRED A REC E VALORES A CURTO PRAZO</b>	33.000,00	33.000,00	0,00%	0,15%
<b>ALUGUEIS A RECEBER - INTER ESTADO</b>	284.907,29	284.907,29	0,00%	1,30%
<b>CRED A REC POR CESSAO DE PESSOAL - ESTADO</b>	474.077,45	309.927,01	52,96%	2,16%
<b>CREDITOS A REC POR CESSAO DE PESSOAL - MUNIC</b>	103.917,89	132.152,76	-21,37%	0,47%
<b>AJUSTE PARA PERDAS - SUBGRUPO 113 (C/C 090)</b>	(1.697.438,00)	-1.523.865,08	11,39%	-7,73%
<b>Total</b>	<b>21.959.726,80</b>	<b>17.595.875,29</b>	<b>24,80%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: SIAFI.

### 6.3 VPDs Pagas Antecipadamente

O valor de R\$ 700.847,17, registrado nesse grupo, é referente ao pagamento feito antecipadamente pela aquisição de licenças de software: Adobe Creative Cloud, com validade de 36 meses e pagamento único antecipado. Também compõem o saldo desta conta, os valores pagos antecipadamente referente aos Contratos: nº 24/2022, cujo objeto é a contratação de ferramenta de pesquisas e comparação de preços praticados pela administração pública através do acesso via internet; nº18/2022, cujo objeto é a contratação de serviço de Biblioteca Virtual.

Como os pagamentos foram efetuados de forma antecipada à ocorrência da despesa, em obediência ao princípio da competência, as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPDs) são reconhecidas mensalmente. Assim, à medida que o valor desse grupo de contas vai sendo baixado, é registrada como contrapartida uma VPD.

### 6.4 Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. A UFC possui comissão permanente de avaliação de bens móveis que, para os bens adquiridos de forma gratuita, realiza avaliação do bem. O valor justo obtido pela avaliação desta comissão é utilizado como base para efetuar o reconhecimento inicial dos bens adquiridos a título gratuito. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles serão reconhecidos diretamente como Variações Patrimoniais Diminutivas do período.

Em 31/12/2023, a UFC apresentou um saldo de R\$ 1.454.248.425,70 relacionados ao imobilizado.

Na Tabela 3 é exibida a composição do subgrupo Imobilizado, que apresentou um acréscimo de apenas 3,48% quando se compara o saldo ao final do exercício de 2023 com o saldo de 31/12/2022.

**Tabela 3 – Imobilizado**

Item	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)
Bens Móveis	<b>196.500.996,11</b>	<b>205.972.395,60</b>	<b>-4,60%</b>
<b>(+) Valor Bruto Contábil</b>	346.535.076,05	341.847.379,00	1,37%
<b>(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis</b>	-150.034.079,94	-135.874.983,40	10,42%
Bens Imóveis	<b>1.257.747.429,59</b>	<b>1.199.310.307,22</b>	<b>4,87%</b>
<b>(+) Valor Bruto Contábil</b>	1.267.740.982,34	1.207.136.202,39	5,02%
<b>(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis</b>	-9.993.552,75	-7.825.895,17	27,70%
<b>Total</b>	<b>1.454.248.425,70</b>	<b>1.405.282.702,82</b>	<b>3,48%</b>

Fonte: SIAFI

#### 6.4.1 Bens Móveis

Os Bens Móveis da UFC em 31/12/2023 totalizavam R\$ 196.500.996,11 e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir.

**Tabela 4 - Bens Móveis - Composição**

Conta Contábil	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	130.817.586,86	130.915.460,86	-0,07%	<b>66,57%</b>
Bens de Informática	50.175.890,46	47.249.718,02	6,19%	25,53%
Móveis e Utensílios	56.751.242,33	54.984.671,34	3,21%	28,88%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	88.123.618,09	86.428.565,81	1,96%	44,85%
Veículos	17.489.380,60	19.734.979,46	-11,38%	8,90%
Bens Móveis em Andamento	788.483,87	30.997,61	2443,69%	0,40%
Armamentos	2,00	2,00	0,00%	0,00%
Semoventes e Equipamentos de Montaria	59.328,00	93.518,00	-36,56%	0,03%
Demais Bens Móveis	2.329.543,84	2.409.465,90	-3,32%	1,19%
Depreciação / Amortização Acumulada	-150.034.079,94	-135.874.983,40	10,42%	-76,35%
<b>Total</b>	<b>196.500.996,11</b>	<b>205.972.395,60</b>	<b>-4,60%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: SIAFI.

Conforme apresentado na Tabela 4, durante o exercício de 2023, em comparação com o saldo final do ano de 2022, não ocorreram variações relevantes.

Dos Bens Móveis registrados no órgão, 66,57% referem-se a Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas. Dentro do Grupo Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas, o valor mais relevante é referente a Aparelhos, Equipamentos e Utensílios para uso Médico, Odontológico, Laboratorial e Hospitalar, totalizando R\$ 104.925.483,89, o que representa aproximadamente 80% do total do grupo. A Tabela 5 apresenta o detalhamento do grupo de bens Máquinas, Equipamentos e Ferramentas.

**Tabela 5 - Detalhamento do grupo Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas**

Conta Contábil	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%)
EQUIPAM/UTENSILIOS MEDICOS,ODONTO,LAB E HOSP	104.925.483,89	105.550.644,87	-0,59%	<b>80,21%</b>

APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	9.547.995,32	8.987.665,16	6,23%	7,30%
MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	5.423.103,92	5.471.704,05	-0,89%	4,15%
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	3.522.472,36	3.576.803,29	-1,52%	2,69%
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	1.247.937,96	1.258.936,99	-0,87%	0,95%
EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E ELETRICOS	1.180.168,91	1.200.868,97	-1,72%	0,90%
MAQUINAS E UTENSILIOS AGROPECUARIO/RODOVIARIO	1.159.592,76	1.159.592,76	0,00%	0,89%
MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSILIOS DE OFICINA	955.455,55	958.516,02	-0,32%	0,73%
APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	915.625,68	923.895,09	-0,90%	0,70%
EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	712.819,39	596.952,54	19,41%	0,54%
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRAFICOS	616.320,89	619.270,89	-0,48%	0,47%
APARELHO E EQUIPAMENTO P/ESPORTES E DIVERSOES	519.930,20	519.930,20	0,00%	0,40%
EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS MARITIMOS	90.680,00	90.680,00	0,00%	0,07%
OUTRAS MAQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	0,03	0,03	0,00%	0,00%
<b>Total</b>	<b>130.817.586,86</b>	<b>130.915.460,86</b>	<b>-0,07%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: SIAFI.

#### 6.4.2 Bens Imóveis

Os Bens Imóveis da UFC em 31/12/2023 totalizavam 1.257.747.429,59 e estão registrados em quatro grupos de contas, conforme demonstrado na tabela a seguir.

**Tabela 6** - Bens Imóveis - Composição

Conta Contábil	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%)
Bens de Uso Especial	1.239.202.025,19	1.183.018.908,23	4,75%	<b>98,53%</b>
Bens Imóveis em Andamento	28.219.457,15	23.797.794,16	18,58%	2,24%
Instalações	319.500,00	319.500,00	0,00%	0,03%
Deprec./Acum./Amort. Acumulada - Bens Imóveis	-9.993.552,75	-7.825.895,17	27,70%	-0,79%
<b>Total</b>	<b>1.257.747.429,59</b>	<b>1.199.310.307,22</b>	<b>4,87%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: SIAFI.

Os Bens de Uso Especial correspondem a aproximadamente 99% de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial da UFC, perfazendo o montante de aproximadamente R\$ 1.239 milhões em 31/12/2023 (a valores brutos, sem desconto de depreciação).

Não ocorreu variação relevante nos saldos durante o exercício de 2023, quando comparado ao saldo final de 2022.

Em síntese, os Bens de Uso Especial mais relevantes na composição do patrimônio imobiliário da UFC são constituídos de Imóveis de Uso Educacional e Terrenos/Glebas, conforme pode ser observado na Tabela 7.

A Tabela 7 demonstra a composição do grupo Bens de Uso Especial, com destaque para a conta de Imóveis de Uso Educacional, que representa aproximadamente 70% do total de bens de uso especial.

**Tabela 7** - Bens de Uso Especial - Composição

Conta Contábil	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%)
<b>Fazendas, Parques e Reservas</b>	9.384.547,73	6.168.045,45	52,15%	0,76%
<b>Terrenos, Glebas</b>	276.982.049,42	272.352.375,75	1,70%	22,35%

<b>Imóveis de Uso Educacional</b>	866.843.368,84	822.629.254,48	5,37%	<b>69,95%</b>
<b>Edifícios</b>	70.541.322,05	67.605.463,40	4,34%	5,69%
<b>Imóveis Residenciais e Comerciais</b>	11.550.492,79	10.558.942,49	9,39%	0,93%
<b>Outros Bens Imóveis de Uso Especial</b>	3.900.244,36	3.704.826,66	5,27%	0,31%
<b>Total</b>	<b>1.239.202.025,19</b>	<b>1.183.018.908,23</b>	<b>4,75%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: SIAFI.

**(a)** Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na UFC têm como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFIWeb, [Macrofunção 020330 – Depreciação, Amortização e Exaustão](#), disponível no sítio da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e na Portaria Conjunta STN/SPU Nº 10, de 4 de julho de 2023 e no [Manual de Gestão Patrimonial](#), disponível no site da Pró-Reitoria de Planejamento e Administração.

**(a.1)** Reavaliação

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU Nº 10/2023, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; sempre que houver alteração de área construída ou tipologia do imóvel, independentemente do valor investido; seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros; quando a data do último valor justo cadastrado no Sistema Corporativo da Secretaria de Patrimônio da União for igual ou superior a 5 (cinco) anos .

Os valores são atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

**(a.2)** Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

Não foi identificada, no período, qualquer indicação de que um ativo possa ter o seu valor reduzido ao valor recuperável, sem possibilidade de reversão desta perda em um futuro próximo.

**(a.3)** Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, amortização e exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação a ser utilizado para toda a Administração Pública

direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUNET e para os bens móveis é o das quotas constantes. Cabe ressaltar que a UFC não possui bens imóveis não registrados no SPIUNET.

Como regra geral, a depreciação dos bens móveis será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

#### **(a.4)** Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

A [Portaria Conjunta STN/SPU nº 10/2023](#) dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. Este sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrada no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$$Kd = \frac{n^2 - x^2}{n^2}$$

Onde:

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.



### 6.4.3 Ajustes de Exercícios Anteriores realizados em contrapartida no Imobilizado

São considerados os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, devendo ser reconhecidos à conta do Patrimônio Líquido.

A Tabela 8 detalha todos os ajustes de exercícios anteriores efetuados durante o exercício de 2023 que tiveram como contrapartida contas do Ativo Imobilizado.

**Tabela 8** - Ajustes de Exercícios Anteriores - Ativo Imobilizado

Descrição da Movimentação	Valor
<b>Ajuste no valor da depreciação acumulada em decorrência da realização, no ano de 2021, de inventário nas unidades gestoras do Hospital Universitário e Maternidade Escola.</b>	- 69.567,79
<b>Baixa de bens móveis alienados em 2022 por meio de leilão</b>	- 201.209,44
<b>Registro da localização de bens moveis, que haviam sido transferidos para a conta de bens não localizados, em razão de inventário.</b>	52.073,60
<b>Registro de depreciação de bens móveis da Unidade Gestora da UFC, referente aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2022</b>	- 3.178.787,81
<b>TOTAL</b>	<b>- 3.397.491,44</b>

Fonte: SIAFI.

## 6.5 Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados, sendo reconhecidos como variação patrimonial diminutiva no período em que foram incorridos, exceto nos gastos com desenvolvimento que atendam aos critérios de reconhecimento relacionados à conclusão e uso dos ativos, geração de benefícios econômicos futuros, identificáveis, controláveis, dentre outros. Não existem ativos intangíveis obtidos a título gratuito compondo o patrimônio da UFC.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados periodicamente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada periodicamente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Durante o segundo trimestre de 2017, foram revisados todos os ativos intangíveis reconhecidos, com o objetivo de identificar algum evento que ensejasse em alteração da vida útil ou perda por

redução ao valor recuperável. Atualmente, todos os valores registrados no Ativo Intangível são referentes a Softwares.

Em 31/12/2023, o órgão apresentou um saldo de R\$ 654.729,53 de ativos intangíveis. Na Tabela 9 é apresentada a composição do subgrupo Intangível, para os períodos 31/12/2023 e 31/12/2022.

**Tabela 9** - Intangível - Composição

Item	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%)
Software com Vida Útil Definida	4.750,00	4.750,00	0,00%	0,73%
Software com Vida Útil Indefinida	654.017,12	646.121,12	1,22%	<b>99,89%</b>
Amortização Acumulada	-4.037,59	-3.087,55	30,77%	-0,62%
Total	<b>654.729,53</b>	<b>647.783,57</b>	<b>1,07%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: SIAFI.

No intangível, destaca-se o item Software com Vida Útil Indefinida, que representa 99,89% do grupo.

Durante o exercício de 2023 foram adquiridos softwares com vida útil indefinida no valor total de R\$ 7.986,00. Além disto, a variação no saldo do grupo é decorrente do registro de amortização de softwares.

A Tabela 10 detalha as informações acerca da vida útil dos Softwares com Vida Útil Definida.

**Tabela 10** - Vida útil do Software

Software	Valor bruto(R\$)	Vida útil total em meses	Valor amortizado	Meses amortizados	Valor Líquido Contábil em 31/12/2023
Pacote com 14 Softwares especializados em mineração e engenharia civil, utilizados nos laboratórios de engenharias do Campus da UFC em Crateús.	4.750,00	60	4.037,59	51	712,41

Fonte: SIAFI.

### 6.5.1 Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis – Impairment

Durante o exercício de 2023 não foram identificados softwares em situação de imparidade.

### 6.5.2 Ajustes de Exercícios Anteriores realizados no Intangível

Durante o exercício e 2023 não foram realizados registros contábeis de ajustes de exercícios anteriores tendo como contrapartida as contas do grupo Ativo Intangível.

## 6.6 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

O saldo desse grupo relaciona-se, em sua maior parte, a valores de salários, remunerações e benefícios referentes a folha de pessoal do mês de dezembro de 2023. Os valores do passivo, referentes a folha de pessoal de dezembro/2023, foram baixados no primeiro dia útil de janeiro/2024, com o pagamento da folha.

Quando se compara o saldo em 31/12/2023 com o saldo final do exercício de 2022, percebe-se um acréscimo de 2,90%, o que tem como principal motivo o reajuste salarial dos servidores, que fez com que a despesa de pessoal de 2023 fosse ligeiramente superior ao exercício anterior, conforme pode ser observado na Tabela 11.

**Tabela 11** – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar (CP)

Item	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%)
<b>SALARIOS, REMUNERACOES E BENEFICIOS</b>	<b>99.044.297,63</b>	<b>89.916.901,34</b>	<b>10,15%</b>	<b>93,05%</b>
FERIAS A PAGAR	5.238.263,42	6.345.002,65	-17,44%	4,92%
PRECATORIOS DE PESSOAL	0,00	4.603.646,13	-100,00%	0,00%
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS	1.057.159,42	979.946,06	7,88%	0,99%
BENEFICIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR	147.700,00	44.000,00	235,68%	0,14%
CONTRIBUICAO A ENTIDADES DE PREVID.COMPLEMENT	321.943,05	278.898,41	15,43%	0,30%
PSSS-CONTRIBUICAO S/ VENCIMENTOS E VANTAGENS	0,00	660.191,96	-100,00%	0,00%
INSS-CONTRIB.S/SALARIOS E REMUNERACOES -INTRA	230.721,33	217.650,60	6,01%	0,22%
INSS-CONTRIB.S/ SERVICOS DE TERCEIROS - INTRA	405.718,78	398.427,60	1,83%	0,38%
<b>Total</b>	<b>106.445.803,63</b>	<b>103.444.664,75</b>	<b>2,90%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: SIAFI.

## 6.7 Fornecedores e Contas a Pagar

Em 31/12/2023, a UFC apresentou um saldo em aberto de R\$ 8.591.784,35 relacionados com fornecedores e contas pagar. A seguir, apresenta-se a Tabela 12, onde se pode observar que a totalidade das obrigações do órgão é de curto prazo e relativa a credores nacionais.

**Tabela 12** - Fornecedores e Contas a Pagar - Composição

Item	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)
Curto Prazo	8.591.784,35	3.303.157,62	160,11%
Nacionais	8.591.784,35	3.303.157,62	160,11%
<b>Total</b>	<b>8.591.784,35</b>	<b>3.303.157,62</b>	<b>160,11%</b>

Fonte: SIAFI.

Conforme apresentado na Tabela 12, houve um acréscimo de aproximadamente 160% no valor das obrigações, quando se compara o valor devido em 31/12/2023 com o valor apresentado no encerramento do exercício de 2022.

Na Tabela 13 são apresentados os valores de fornecedores e contas a pagar por unidade gestora contratante na data base de 31/12/2023.

**Tabela 13** - Fornecedores e Contas a Pagar - por Unidade Gestora Contratante

Unidade Gestora	31/12/2023	AV (%)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA	8.587.890,33	99,95%

HOSPITAL UNIVERSITARIO WALTER CANTIDIO	3.894,02	0,05%
<b>Total</b>	<b>8.591.784,35</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: SIAFI.

A unidade gestora UFC é responsável por praticamente todo o volume de obrigações com fornecedores e contas a pagar ao final do exercício de 2023 (99,95% do total), em razão de concentrar um maior volume de execução orçamentária.

Na Tabela 14 são relacionados os fornecedores com valores mais significativos e o saldo em aberto na data base de 31/12/2023.

**Tabela 14** - Fornecedores e Contas a Pagar - por Fornecedor

Fornecedor	31/12/2023	AV (%)
<b>COMPANHIA ENERGETICA DO CEARA</b>	1.473.151,71	17,15%
<b>BIOTEC CONTROLE AMBIENTAL, COMERCIO E SERVICOS DE AR CO</b>	1.142.894,47	13,30%
<b>PR3 COMERCIO E SERVICOS DIGITAIS LTDA</b>	899.912,72	10,47%
<b>FUNDACAO DE APOIO A SERVICOS TECNICOS, ENSINO E FOMENTO</b>	883.269,50	10,28%
<b>ISM GOMES DE MATTOS LTDA</b>	793.870,30	9,24%
<b>CRIART SERVICOS DE TERCEIRIZACAO DE MAO DE OBRA LTDA</b>	660.907,57	7,69%
<b>FUNDACAO CEARENSE DE PESQUISA E CULTURA</b>	658.219,02	7,66%
<b>COMPANHIA DE AGUA E ESGOTO DO CEARA CAGECE</b>	399.040,73	4,64%
<b>DEMAIS</b>	1.680.518,33	12,45%
<b>Total</b>	<b>8.591.784,35</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: SIAFI.

Os valores pendentes de pagamento aos fornecedores: Companhia Energética do Ceará; Fundação Cearense de Apoio à Cultura, à Pesquisa e ao Desenvolvimento; ISM Gomes de Mattos Ltda; Criart Serviços de Terceirização de Mão de Obra; Companhia de Água e Esgoto do Ceará-CAGECE são referentes às despesas liquidadas durante o mês de dezembro/2023 que, ao final do referido mês, aguardavam o recebimento de recursos financeiros do Ministério da Educação.

Os valores devidos à Biotec Controle Ambiental, Comercio e Serviços de Ar-Condicionado são referentes a despesas liquidadas no mês de dezembro/2023, no valor de R\$550.249,61 e referente à repactuação contratual (despesa empenhada com passivo anterior), no valor de R\$ 592.644,86 do exercício de 2022 que ao final do exercício de 2023 estava aguardando o faturamento por parte da empresa e o ateste da gestão contratual.

Os valores pendentes de pagamento à Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura são referentes a despesas liquidadas no mês de dezembro/2023 e em meses anteriores, custeados com recursos provenientes de TEDs que, ao final do referido mês, estavam aguardando o recebimento de recursos financeiros para realização de pagamento e baixa do passivo.

Encontra-se pendente há longa data o valor devido à PR3 Comércio e Serviços Digitais Ltda – EPP. Os valores em aberto são decorrentes do Pregão nº 119/2011, cujo objeto foi o registro de preços para aquisição e instalação do sistema de sonorização para auditórios, anfiteatros, concha acústica e outros espaços da Universidade Federal do Ceará, nos Campi da Capital (Fortaleza) e Interior do Estado do Ceará, incluindo material e mão de obra. O valor

pendente de pagamento decorre de valores liquidados durante o ano de 2012, que tiveram o pagamento suspenso em decorrência de recomendação feita pela Controladoria Geral da União (CGU), em face de trabalho de auditoria.

## 6.8 Demais Obrigações de Curto Prazo

O saldo deste grupo apresentou um acréscimo de 31,43%, quando se compara o saldo ao final do exercício de 2023 com o mesmo período de 2022, o que foi ocasionado pela mudança no prazo de pagamento da retenção de Imposto de Renda sobre os pagamentos da Folha de Pessoal. Em 2022 os valores retidos eram pagos à receita federal ao final de cada mês de referência da folha. Em 2023 as retenções passaram a ser pagas após a transmissão da DCTFWeb, o que aumentou o prazo para pagamento. Ao final do exercício de 2023 estavam pendentes de recolhimento os valores referentes à folha de novembro/2023(vencimento 19/01/2024) e dezembro/2023(vencimento 20/02/2024).

O detalhamento dos valores das Obrigações de Curto Prazo ao final dos exercícios de 2023 e 2022 é apresentado na Tabela 15.

**Tabela 15** - Obrigações de Curto Prazo

Item	31/12/2023	31/12/2022	AH (%)	AV (%)
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS A COMPROVAR - TED	110.051.726,47	122.920.982,04	-10,47%	<b>62,74%</b>
<b><u>IRRF DEVIDO AO TESOURO NACIONAL</u></b>	<b><u>47.242.711,16</u></b>	<b><u>0,00</u></b>	<b><u>38,43%</u></b>	<b><u>26,93%</u></b>
RETENCOES - EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	5.692.927,73	4.993.753,53	0,57%	3,25%
INCENTIVOS A EDUCACAO, CULTURA E OUTROS	5.325.413,26	1.967.232,78	2,73%	3,04%
RETENCOES-ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSE	3.445.658,95	3.203.094,74	0,20%	1,96%
OUTRAS OBRIGAÇÕES	3.659.530,29	3.702.661,28	0,20%	1,96%
<b>Total</b>	<b>175.417.967,86</b>	<b>136.787.724,37</b>	<b>31,43%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: SIAFI.

O principal item que compõe este grupo de obrigações refere-se ao reconhecimento da obrigação de prestar contas, junto aos órgãos descentralizadores de recursos por meio de Termos de Execução Descentralizada (TED), que totalizaram R\$ 110.051.726,47 ao final do exercício de 2023, o que corresponde à aproximadamente 63% do valor total do grupo.

## 6.9 Demais reservas

O valor de aproximadamente R\$ 464,3 milhões, registrado nesta conta, se refere à contrapartida do acréscimo do valor de bens imóveis em razão da reavaliação deles, conforme recomendado pelo item 54 da [NBC TSP 07 – Ativo Imobilizado](#). Até o final do exercício de 2022, os ganhos por reavaliação eram registrados em contrapartida de Variações Patrimoniais Aumentativas, impactando o resultado do exercício, em razão do quê, não existe saldo nesta conta ao final do exercício de 2022.

## 6.10 Ajustes de Exercícios Anteriores

Na Tabela 16 é apresentado um resumo da movimentação da conta de ajuste de exercícios anteriores durante o exercício de 2023.

**Tabela 16** – Movimentação da Conta de Ajustes de Exercícios Anteriores

<b>Ajustes de Exercícios Anteriores – Quadro Resumo</b>	
<b>Descrição do Lançamento</b>	<b>Valor</b>
<b>Saldo Inicial</b>	24.483.130,40
<b>Lançamento credor feito pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), referente a reclassificação dos saldos da conta ajuste de exercícios anteriores da administração direta, autarquias, fundações e fundos para a conta superávits ou deficits de exercícios anteriores (mês de abertura)</b>	- 24.483.130,40
<b>Baixa de obrigações com precatórios para novo registro em conformidade com a Nota Técnica nº 001/2022 - C.JF.</b>	5.456.145,84
<b>Reconhecimento de passivos com fato gerador ocorridos em exercícios anteriores</b>	- 12.275.898,56
<b>Reconhecimento de créditos a receber com fatos geradores ocorridos em exercícios anteriores.</b>	330.870,64
<b>Ajustes de exercícios anteriores que tiveram como contrapartida contas do Ativo Imobilizado (ver nota explicativa específica)</b>	- 3.397.491,44
<b>Saldo ao final do exercício de 2023</b>	<b>- 9.886.373,52</b>

Fonte: SIAFI

### 6.11 Obrigações Contratuais a Executar

Em 31/12/2023 a UFC possuía um saldo de R\$ 245.177.581,18 de obrigações contratuais relacionadas às parcelas de contratos a serem executadas. A seguir, apresenta-se a Tabela 17, segregando-se essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

**Tabela 17** - Obrigações Contratuais - Composição

<b>Tipos de Obrigações</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>AH (%)</b>	<b>AV (%)</b>
Aluguéis	589.915,00	830.238,35	-28,95%	0,24%
Fornecimento de Bens	418.889,16	420.238,26	-0,32%	0,17%
Seguros	225.900,52	215.608,00	4,77%	0,09%
Serviços	243.942.876,50	223.764.013,92	9,02%	<b>99,50%</b>
<b>Total</b>	<b>245.177.581,18</b>	<b>225.230.098,53</b>	<b>8,86%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: SIAFI.

As obrigações contratuais relacionadas com serviços representam aproximadamente 99% do total das obrigações assumidas pelo órgão ao final do exercício de 2023 e sofreram um acréscimo de 9,02% em relação ao saldo final do exercício de 2022, em razão da assinatura de novos contratos.

Na continuação, apresenta-se a Tabela 18, que contém os valores por unidades gestoras contratantes com data base de 31/12/2023.

**Tabela 18** - Obrigações Contratuais - por Unidade Gestora Contratante

<b>UNIDADE GESTORA</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>AV (%)</b>
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA	244.751.905,14	<b>99,83%</b>
HOSPITAL UNIVERSITARIO WALTER CANTIDIO	425.676,04	0,17%
<b>Total</b>	<b>245.177.581,18</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: SIAFI.

A unidade gestora Universidade Federal do Ceará é responsável por 99,83% do total contratado, o que se justifica pelo maior volume de execução orçamentária nesta

unidade, bem como a migração dos contratos no âmbito das unidades gestoras do Complexo Hospitalar da UFC (HU e MEAC) para a EBSERH. Na Tabela 19 são relacionados os 08 contratos mais relevantes na perspectiva financeira e o saldo a executar, na data base de 31/12/2023.

**Tabela 19** - Obrigações Contratuais - por Contrato

Descrição do Contratado	31/12/2023	AV (%)
<b>Contratado(a) A:</b> CONTRATO 35/2022 - ISM GOMES DE MATTOS EIRELI	18.636.638,33	7,60%
<b>Contratado(a) B:</b> CONTRATO 56/2021 - POTENCIAL ENGENHARIA E INS	15.662.872,75	6,39%
<b>Contratado(a) C:</b> CONTRATO 020/19 - SERVIARM SERVICO DE VIGILAN	13.477.617,23	5,50%
<b>Contratado(a) D:</b> CONTRATO 017/14 - CAGECE	12.454.951,46	5,08%
<b>Contratado(a) E:</b> SALINAS EMPREENDIMENTOS E CONSTRUCOES LTDA	10.600.361,04	4,32%
<b>Contratado(a) F:</b> COMPANHIA ENERGETICA DO CEARA	9.839.010,42	4,01%
<b>Contratado(a) G:</b> CONTRATO 47/2023 - FUNDACAO CETREDE	7.884.230,26	3,22%
<b>Contratado(a) H:</b> CONTRATO 17/2022 - CRIART SERVICOS DE TERCEIR	7.507.022,15	3,06%
<b>Demais Contratos do Órgão</b>	149.114.877,54	54,11%
<b>TOTAL</b>	<b>245.177.581,18</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: SIAFI.

Os contratos celebrados com os contratados A, B, C e D representam aproximadamente 25% do total de obrigações contratuais do órgão. As obrigações contratuais referentes aos quatro contratos mais relevantes em termos financeiros são detalhadas a seguir:

**Contratada A:** Contrato nº 35/2022 – ISM GOMES DE MATTOS LTDA foi celebrado pela unidade gestora UFC e tem como objeto o fornecimento de refeições nos restaurantes universitários. O contrato foi assinado em 05/10/2022 e a sua vigência é de 06/10/2022 a 07/10/2024. Mais informações deste contrato podem ser obtidas por meio do seguinte link: <https://contratos.comprasnet.gov.br/transparencia/contratos/179633>.

**Contratada B:** Contrato nº 56/2021 – POTENCIAL ENGENHARIA E INSTALACOES LTDA foi celebrado pela unidade gestora UFC e tem como objeto a prestação de serviços continuados de manejo de manutenção predial preventiva e corretiva dos bens imóveis. O contrato foi assinado em 10/12/2021 e a sua vigência é de 10/12/2021 a 12/12/2024. Mais informações deste contrato podem ser obtidas por meio do seguinte link: <https://contratos.comprasnet.gov.br/transparencia/contratos/126653>.

**Contratada C:** Contrato 20/2019 - SERVIARM SERVICO DE VIGILANCIA ARMADA LTDA foi celebrado pela unidade gestora UFC e tem como objeto a prestação de serviço de vigilância. O contrato foi assinado em 01/04/2019 e a sua vigência é de 02/04/2019 a 01/04/2024. Mais informações deste contrato podem ser obtidas por meio do seguinte link: <https://contratos.comprasnet.gov.br/transparencia/contratos/39450>.

**Contratado D:** Contrato nº 17/2014 – CAGECE foi celebrado pela unidade gestora UFC e tem como objeto o fornecimento de água tratada e/ou coleta de esgoto. O contrato foi assinado em 02/03/2016 e tem vigência por prazo indeterminado. Mais informações deste contrato podem ser obtidas por meio do seguinte link <https://contratos.comprasnet.gov.br/transparencia/contratos/8009>.

## 7 NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

### 7.1 Resultado Orçamentário

O Resultado orçamentário apurado ao final do exercício de 2023 apresentou déficit de R\$ 1.927.572.245,82). Isso decorre da metodologia utilizada para cálculo do resultado orçamentário do período, que subtrai as despesas empenhadas pelo órgão das receitas arrecadadas no período. A receita arrecadada no período totalizou aproximadamente 10,8 milhões. As despesas do órgão são custeadas em sua quase totalidade com recursos do Tesouro Nacional. O ingresso desses recursos é mais bem evidenciado no item Transferências Financeiras Recebidas da Demonstração de Fluxo de Caixa e no item Outros Ingressos das Operações do Balanço Financeiro.

A Tabela 20 apresenta os valores das receitas e despesas previstas e executadas por categoria econômica.

**Tabela 20** - Previsão e Execução de Receitas e Despesas

<b>Balanço Orçamentário</b>	<b>Previsão/Fixação(R\$)</b>	<b>Realização/Execução (R\$)</b>	<b>Real/Exec.</b>	<b>AV</b>
<b>Receitas Correntes</b>	9.887.927,00	9.369.377,96	94,76%	86,60%
<b>Receitas de Capital</b>	745.890,00	1.449.190,42	194,29%	13,40%
<b>Total das Receitas</b>	<b>10.633.817,00</b>	<b>10.818.568,38</b>	<b>101,74%</b>	<b>100,00%</b>
<b>Despesas Correntes</b>	1.837.565.976,00	1.882.746.061,41	102,46%	97,13%
<b>Despesas de Capital</b>	19.858.626,00	55.644.752,79	280,20%	2,87%
<b>Total das Despesas</b>	<b>1.857.424.602,00</b>	<b>1.938.390.814,20</b>	<b>104,36%</b>	<b>100,00%</b>
<b>Superávit/(Déficit)</b>		<b>-1.927.572.245,82</b>		

Fonte: SIAFI.

### 7.2 Execução das Receitas

#### 7.2.1 Receitas Correntes

O total de receitas arrecadadas durante o exercício de 2023 foi de R\$ 10.818.568,38, sendo aproximadamente 87% delas receitas correntes, conforme Tabela 20.

Dentre as receitas correntes, o valor mais relevante é referente às receitas de Serviços de Estudos e Pesquisas, que são, em sua maioria, decorrentes do pagamento pelas fundações de apoio ligadas à UFC, de ressarcimento pela utilização de bens e serviços da UFC. O ressarcimento em questão é disciplinado no Capítulo VI da Resolução nº 59/CONSUNI, de 24 de setembro de 2018 (disponível em [http://www.ufc.br/images/\\_files/a\\_universidade/consuni/resolucao\\_consuni\\_2018/resolucao59\\_consuni\\_2018.pdf](http://www.ufc.br/images/_files/a_universidade/consuni/resolucao_consuni_2018/resolucao59_consuni_2018.pdf)). Importa mencionar que, por recomendação do Ministério da Educação, foi realizada uma reclassificação das receitas provenientes de ressarcimentos pagos pelas fundações de apoio. As receitas deste tipo antes eram classificadas como Outros Ressarcimentos (que compõem o grupo Demais Receitas na Tabela 21). Conforme Tabela 21,



esta reclassificação de receita foi a principal variação percebida ao se comparar os valores arrecadados em 2023 com o mesmo período do ano anterior.

A Tabela 21 apresenta o detalhamento das receitas arrecadadas em 2023 por tipo de arrecadação. Essa classificação é proveniente do código de recolhimento utilizado nas Guias de Recolhimento da União (GRU).

**Tabela 21** - Arrecadação de Receitas Correntes – Composição

Tipo de arrecadação	Valor arrecadado no exercício de 2023(R\$)	Valor arrecadado no exercício de 2022(R\$)	AV	AH
<b>1 SERVIÇOS DE ESTUDOS E PESQUISAS</b>	<b>2.651.256,16</b>	<b>1.127.893,69</b>	<b>135,06%</b>	<b>28,30%</b>
2 ALUGUÉIS	1.800.572,62	1.615.534,93	11,45%	19,22%
3 SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO	1.773.686,12	1.753.606,60	1,15%	18,93%
4 INTRA-SERVIÇOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	1.678.614,59	1.299.293,47	29,19%	17,92%
5 OUTRAS INDENIZAÇÕES	388.861,65	407.239,34	-4,51%	4,15%
6 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	324.998,02	266.901,08	21,77%	3,47%
7 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	239.425,60	181.294,48	32,06%	2,56%
8 TAXA DE INSCRIÇÃO EM CONCURSO PÚBLICO	237.272,68	174.371,05	36,07%	2,53%
9 MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	220.930,65	5.449,56	3954,10%	2,36%
<b>DEMAIS RECEITAS</b>	<b>53.759,87</b>	<b>1.444.544,39</b>	<b>-96,28%</b>	<b>0,57%</b>
<b>Total</b>	<b>9.369.377,96</b>	<b>8.276.128,59</b>	<b>13,21%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: SIAFI.

Conforme apresentado na Tabela 22, quando se compara a receita prevista com a arrecada, o tipo de receita que apresentou o melhor desempenho de arrecadação em 2023 foi a receita com Outras Indenizações (foram arrecadados aproximadamente 389 mil em 2023, sem que tenha havido previsão para receitas desta natureza).

**Tabela 22** – Receita correntes previstas e arrecadadas por natureza de receita

Natureza da Receita	Previsão atualizada da receita para 2023	Receita arrecadada em 2023	% Arrecadado
1 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	3.554.910,00	4.989.365,90	140,35%
2 ALUGUEIS, ARREND., FOROS, LAUDEMÍOS, TAR. OCUPAÇÃO	2.131.730,00	1.803.072,62	84,58%
3 SERVIÇOS ADMINIST. E COMERCIAIS GERAIS-INTRA	1.643.906,00	1.678.614,59	102,11%
<b>4 OUTRAS INDENIZAÇÕES</b>	<b>0,00</b>	<b>388.861,65</b>	
5 INSCRIÇÃO EM CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS	180.621,00	237.272,68	131,36%
6 MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	34.646,00	220.930,65	637,68%
7 OUTRAS RECEITAS	338.813,00	41.872,41	12,36%
RECEITA AGROPECUÁRIA	4.673,00	7.665,01	164,03%
DEMAIS RECEITAS	1.998.628,00	1.722,45	0,09%
<b>Total</b>	<b>9.887.927,00</b>	<b>9.369.377,96</b>	<b>94,76%</b>

Fonte: SIAFI.

Conforme consta na Tabela 22, para as receitas de Outras Indenizações não houve previsão de arrecadação. Isto se justifica pela excepcionalidade da receita em questão, que é proveniente da indenização por Servidão Administrativa, paga em parcela única pela Companhia Energética do Ceará – ENEL, em razão da utilização de imóveis da UFC para instalação de linhas de transmissão de energia elétrica.

## 7.2.2 Receitas de Capital

Durante o exercício de 2023 foi arrecadado aproximadamente 1,45 milhão de receitas de capital, o que corresponde a 194% do valor previsto para o exercício de 2023. As receitas desta natureza são decorrentes de alienação de bens móveis por meio de leilão. Os leilões realizados em 2023 apresentaram receitas acima da média dos leilões realizados em exercícios anteriores, o que explica o bom desempenho da arrecadação das receitas desta natureza.

## 7.3 Execução das Despesas

### 7.3.1 Despesas Correntes

O total das despesas empenhadas no exercício de 2023 foi de R\$ 1.938.390.814,20 e se referem, em quase totalidade (97,13%), às despesas correntes.

A Tabela 23 relaciona, em ordem decrescente, o valor das despesas correntes empenhadas durante o exercício de 2023 por grupo de despesas e por natureza de despesa.

**Tabela 23** - Despesas Correntes – Composição

Seq.	Grupo de Despesas	Natureza de Despesa	Valor Empenhado em 2023	AV
1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	795.893.663,32	42,27%
2	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS	459.273.375,80	24,39%
3	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OBRIGACOES PATRONAIS - OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	169.791.657,32	9,02%
4	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	PENSOES	132.964.228,34	7,06%
5	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	86.966.892,55	4,62%
6	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	59.939.489,50	3,18%
7	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	AUXILIO-ALIMENTACAO	37.736.389,54	2,00%
8	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	33.826.135,38	1,80%
9	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOA FISICA	25.831.338,44	1,37%
10	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	CONTRATACAO P/TEMPO DETERMINADO	13.392.585,27	0,71%
<b>Outras despesas</b>			67.130.305,95	3,57%
<b>Total</b>			<b>1.882.746.061,41</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: SIAFI.

Os quatro principais tipos de despesas correntes são referentes a despesas com pessoal e encargos sociais e juntas correspondem a aproximadamente 83% do total das despesas correntes empenhadas em 2023.

Uma particularidade do Balanço Orçamentário é que ele traz na coluna de despesas empenhadas todo o valor executado no órgão, seja relativo à dotação alocada na lei orçamentária para o próprio órgão ou recursos orçamentários de outros órgãos, que são

dotações orçamentárias descentralizadas para UFC, em função da celebração de Termo de Execução Descentralizada (TED) e instrumentos afins.

A Tabela 24 demonstra os valores das despesas correntes empenhadas durante o exercício de 2023 por origem do orçamento.

**Tabela 24** – Despesas correntes - Valores empenhados por origem do orçamento

<b>Origem do Orçamento</b>	<b>Valor Empenhado em 2023</b>	<b>AV</b>
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA	1.827.011.830,19	97,04%
MINISTERIO DA EDUCACAO	30.880.237,51	1,64%
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	6.106.615,83	0,32%
MINISTERIO DA SAUDE	4.466.213,72	0,24%
AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BASICO	4.323.777,00	0,23%
FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR	2.860.102,16	0,15%
PRESIDENCIA DA REPÚBLICA	1.492.328,90	0,08%
MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANCA PUBLICA	1.131.369,57	0,06%
DEPTO. NAC. DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES	1.015.149,48	0,05%
FUNDO NACIONAL DE CULTURA	1.000.000,00	0,05%
MINISTERIO DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	1.000.000,00	0,05%
INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS	673.298,09	0,04%
MINISTERIO DA PESCA E AQUICULTURA	549.999,55	0,03%
MINISTERIO DO ESPORTE	196.586,85	0,01%
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZONIA	9.897,80	0,00%
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	8.684,53	0,00%
UNIVERS. FEDERAL DA INTEG. LATINO AMERICANA	6.487,60	0,00%
FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PÚBLICA	4.400,58	0,00%
MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	3.214,18	0,00%
POLICIA RODOVIARIA FEDERAL/MJSP	2.800,37	0,00%
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARA	2.047,77	0,00%
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ARIDO/RN	611,60	0,00%
INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARA	408,13	0,00%

**Fonte:** SIAFI.

Por outro lado, podem existir valores que compõem a coluna da dotação atualizada, ou seja, são pertencentes ao orçamento da UFC, mas, quando empenhados, não são somados às despesas empenhadas pela UFC por serem executadas por outros órgãos. Durante o ano de 2023, o valor de R\$ 468.286,15, pertencente ao orçamento da UFC, foi empenhado por outros órgãos: R\$ 464.316,04 pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), no âmbito de Termo de Execução Descentralizada (TED); R\$ 2.282,08, pelo Instituto Nacional de Seguro Social – INSS; R\$ 1.688,03 pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Os valores executados pela EBSERH são referentes ao fornecimento de refeições para os estudantes da UFC em atividade de internato ou equivalente, no âmbito do Complexo Hospitalar da UFC (EBSERH). As despesas com estas refeições são executadas por meio de contrato da EBSERH com empenho custeado com o orçamento da UFC. Os valores empenhados pelo INSS e UFRPE são referentes ao pagamento de Gratificação por Encargo de Curso e Concurso, alusiva à prestação de serviços à UFC por servidor dos referidos órgãos.

### **7.3.2 Despesas de Capital**

O Percentual executado das despesas de capital em 2023 foi de 280,20% do total da dotação anual. A Tabela 25 detalha os valores empenhados referente a despesas de capital por origem do orçamento e natureza de despesa.

**Tabela 25** - Execução de despesas de capital

Origem do Orçamento	VALOR EMPENHADO EM 2023(R\$)	AV%
<b>OBRAS E INSTALACOES</b>	<b>38.839.232,66</b>	<b>69,80%</b>
<b><u>MINISTERIO DA EDUCACAO</u></b>	<b>31.846.127,21</b>	<b>57,23%</b>
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA	6.993.105,45	12,57%
<b>EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE</b>	<b>16.684.202,84</b>	<b>29,98%</b>
AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BASICO	309.445,00	0,56%
FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR	99.268,00	0,18%
<b><u>MINISTERIO DA EDUCACAO</u></b>	<b>3.778.682,22</b>	<b>6,79%</b>
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA	12.496.807,62	22,46%
<b>MATERIAL DE CONSUMO</b>	<b>112.000,00</b>	<b>0,20%</b>
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA	112.000,00	0,20%
<b>OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA</b>	<b>9.317,29</b>	<b>0,02%</b>
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA	9.317,29	0,02%
<b>Total Geral</b>	<b>55.644.752,79</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: SIAFI

Durante o exercício de 2023 foram empenhados valores referentes a aquisição de equipamentos e material permanente, obras e instalações, material de consumo e outros serviços de terceiros – pessoa jurídica. adquiridos, em sua maior parte (64,02%), com o orçamento do Ministério da Educação, descentralizado para UFC por meio de TED.

## 7.4 Execução Orçamentária dos Restos a Pagar

### 7.4.1 Execução de Restos a Pagar não Processados

A UFC possui em seu estoque de restos a pagar, empenhos custeados com dotações orçamentárias próprias e dotações de outros órgãos. Essas últimas dotações são provenientes de TEDs e instrumentos afins. A Tabela 26 apresenta o detalhamento, por origem do orçamento (Órgão Superior e Unidade Orçamentária) dos restos a pagar inscritos, que é o estoque de restos a pagar no início do exercício de 2023, referente a empenhos de 2022 e de exercícios anteriores, e os valores ainda não liquidados, ou seja, o estoque de restos a pagar ao final do exercício de 2023.

**Tabela 26** - Restos a Pagar Não Processados inscritos: origem do orçamento executado

Origem do Orçamento	Soma de Total Inscrito em 2022 e exercícios anteriores	Soma de RPNP a Liquidar em 31/12/2023	Soma de AV
MIN.DESENV.E ASSIT.SOCIAL,FAM.E COMBATE FOME	226.453,19	199.513,80	1,27%
MIN.DESENV.E ASSIT.SOCIAL,FAM.E COMBATE FOME	226.453,19	199.513,80	1,27%
MINIST. DA INTEGR. E DO DESENVOLV. REGIONAL	909.326,13	126.464,13	0,81%
MINIST. DA INTEGR. E DO DESENVOLV. REGIONAL	461.026,13	126.464,13	0,81%
SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLV. DO NORDESTE	448.300,00	-	0,00%

MINIST. DO MEIO AMBIENTE E MUDANCA DO CLIMA	725.138,29	26.080,85	0,17%
AGENCIA NACIONAL DE AGUAS E SANEAMENTO BASICO	725.138,29	26.080,85	0,17%
MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	7.012,63	7.012,63	0,04%
MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	7.012,63	7.012,63	0,04%
MINISTERIO DA CULTURA	700.000,00	181.905,18	1,16%
FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES	700.000,00	181.905,18	1,16%
MINISTERIO DA EDUCACAO	35.118.519,19	13.917.539,21	88,91%
FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR	1.378.410,18	19.775,78	0,13%
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	3.767,68	3.767,68	0,02%
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	399,31	399,31	0,00%
<b><u>FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO</u></b>	<b><u>10.013.337,63</u></b>	<b><u>6.023.777,88</u></b>	<b><u>38,48%</u></b>
INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE ALAGOAS	450,51	-	0,00%
MINISTERIO DA EDUCACAO	5.864.143,88	3.114.910,03	19,90%
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	1.882,59	1.882,59	0,01%
<b><u>UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA</u></b>	<b><u>17.854.598,41</u></b>	<b><u>4.751.496,94</u></b>	<b><u>30,36%</u></b>
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ARIDO/RN	1.529,00	1.529,00	0,01%
MINISTERIO DA SAUDE	1.948.686,08	1.143.550,86	7,31%
MINISTERIO DA SAUDE	1.948.686,08	1.143.550,86	7,31%
MINISTERIO DE PORTOS E AEROPORTOS	80.319,70	-	0,00%
AGENCIA NACIONAL DE AVIACAO CIVIL	80.319,70	-	0,00%
MINISTERIO DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	1.760,00	-	0,00%
MINISTERIO DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	1.760,00	-	0,00%
MINISTERIO DOS TRANSPORTES	1.077.106,96	50.741,67	0,32%
DEPTO. NAC. DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES	1.077.106,96	50.741,67	0,32%
<b>Total Geral</b>	<b>40.794.322,17</b>	<b>15.652.808,33</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: SIAFI.

Quanto ao estoque de Restos a Pagar ao final do exercício de 2023, apresentado na Tabela 26, 30,36% é oriundo de dotações pertencentes ao orçamento da própria UFC, vinculada ao MEC.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), também vinculado ao MEC, é a unidade orçamentária de origem dos recursos dos empenhos inscritos em Restos a Pagar não Processados com valor maior representatividade (38,48%). A Tabela 27 apresenta o detalhamento, por natureza de despesas, dos valores inscritos e o saldo em RPNP referente aos recursos do FNDE.

Tabela 27 - RPNP origem do orçamento FNDE

Natureza de despesa	Total Inscrito em 2022 e exercícios anteriores	RPNP a Liquidar em 31/12/2023	AV
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	9.410.889,27	5.917.477,88	98,24%
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	595.651,86	106.300,00	1,76%
MATERIAL, BEM OU SERVICO P/ DISTRIB. GRATUITA	6.796,50	0,00	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>10.013.337,63</b>	<b>6.023.777,88</b>	<b>100,00%</b>

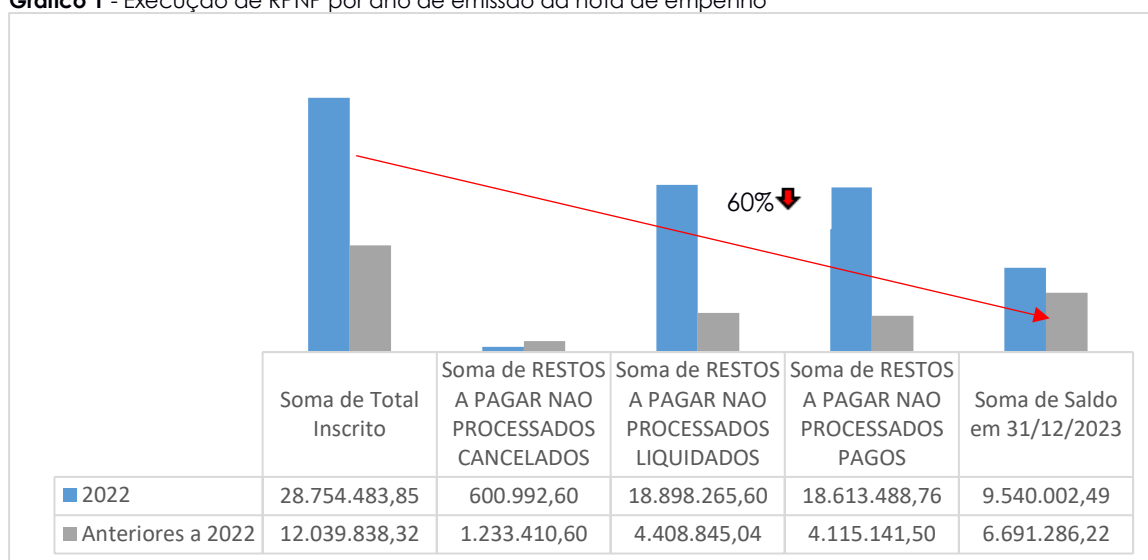
Fonte: SIAFI.

Conforme apresentado na Tabela 27, a maior parte dos RPNP custeados com recursos orçamentários do FNDE, são referentes a empenhos cuja natureza de despesa é Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica. Isto se justifica porque, usualmente, os recursos descentralizados para UFC por meio de TED's são utilizados na celebração de contratos com

as fundações de apoio. Os empenhos referentes aos contratos com fundações de apoio são emitidos na referida natureza de despesa.

O Gráfico 1 traz um resumo da execução de Restos a Pagar não Processados (RPNP) durante o exercício de 2023, segregando-se os valores empenhados no exercício de 2022 e em exercícios anteriores.

**Gráfico 1** - Execução de RPNP por ano de emissão da nota de empenho



**Fonte:** Elaborado com base em dados obtidos no Tesouro Gerencial

Conforme demonstrado no Gráfico 1, o estoque de restos a pagar no início do exercício de 2023 era composto por um volume maior de empenhos inscritos em 2022, totalizando aproximadamente 28,7 milhões, o que é equivalente a 70% do estoque total de RPNP no início do exercício de 2023. Durante o exercício de 2023 foram efetuados pagamentos de RPNP no valor de aproximadamente 22,73 milhões. Deste valor, cerca de 18,61 milhões são referentes a empenhos de 2022.

Ao final do ano de 2023 o estoque a pagar de RPNP totalizou aproximadamente 16,23 milhões, o que demonstra uma redução de aproximadamente 60% em relação ao estoque no início do exercício de 2023. A redução do estoque de restos a pagar se deu, sobretudo, em relação aos empenhos inscritos em 2022.

Na Tabela 28 são apresentados os valores dos restos a pagar por unidade gestora executora.

**Tabela 28** - Restos a Pagar Não Processados inscritos - por Unidade Gestora Executora

UG Executora	Inscritos	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo em 31/12/2023	AV
<b>Universidade Federal do Ceará</b>	40.294.305,60	23.298.941,25	22.720.460,87	1.350.186,97	16.223.657,76	99,96%
<b>Hospital Universitário Walter Cantídio</b>	496.557,15	7.669,95	7.669,95	481.256,25	7.630,95	0,04%
<b>Maternidade Escola Assis Chateaubriand</b>	3.459,42	499,44	499,44	2.959,98	0,00	0,00%
<b>Total</b>	<b>40.794.322,17</b>	<b>23.307.110,64</b>	<b>22.728.630,26</b>	<b>1.834.403,20</b>	<b>16.231.288,71</b>	<b>100,00%</b>

**Fonte:** SIAFI.

Conforme Tabela 28, tem-se que a unidade gestora Universidade Federal do Ceará é responsável pela execução da quase totalidade dos valores inscritos em restos a pagar, apresentando, ao final do exercício de 2023, saldo equivalente a 99,96% da soma das três unidades gestoras. Cabe acrescentar que nos valores da Tabela 28 estão os restos a pagar referentes aos recursos oriundos do orçamento da UFC e de outros órgãos.

A Tabela 29 mostra a composição dos restos a pagar na UFC por Grupo de Despesa. Constata-se que o grupo de despesa com maior saldo de restos a pagar ao final do exercício de 2023 é o grupo Outras Despesas Correntes (85,55%).

**Tabela 29** - Restos a Pagar - por Unidade Grupo de Despesa

Grupo de Despesa	Inscritos	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo em 31/12/2023	AV
Outras Despesas Correntes	32.238.158,54	17.039.509,77	16.518.539,03	1.834.403,20	13.885.216,31	85,55%
Investimentos	8.556.163,63	6.267.600,87	6.210.091,23	0,00	2.346.072,40	14,45%
<b>TOTAL</b>	<b>40.794.322,17</b>	<b>23.307.110,64</b>	<b>22.728.630,26</b>	<b>1.834.403,20</b>	<b>16.231.288,71</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: SIAFI.

#### 7.4.2 Execução de Restos a Pagar Processados

Os empenhos inscritos em restos a pagar que já passaram pela fase de liquidação, são chamados Restos a Pagar Processados (RPP). Conforme Tabela 30, os RPP do órgão totalizavam aproximadamente 108 milhões no início do exercício de 2023. Este valor é, basicamente, referente a folha de pagamento de pessoal de dezembro/2022, que foi liquidada no final do exercício de 2022 e paga no primeiro dia útil de 2023, extinguindo-se a obrigação. Ao final do exercício de 2023, somente 0,97% (aproximadamente 1,05 milhões) dos RPP não haviam sido pagos.

**Tabela 30** – Restos a Pagar Processados por elemento de despesas

UG Executora	Grupo Despesa	Total de RPP no início exercício 2023	RPP Pagos até de 31/12/2023	RPP a pagar em 31/12/2023
<b>HOSPITAL UNIVERSITARIO WALTER CANTIDIO</b>	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.474.770,24	2.467.880,41	6.889,83
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.197.925,47	8.197.925,47	0,00
<b>MATERNIDADE ESCOLA ASSIS CHATEAUBRIAND</b>	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	198.541,66	198.541,66	0,00
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.848.265,06	4.848.265,06	0,00
<b>UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA</b>	INVESTIMENTOS	912.681,74	141.619,17	771.062,57
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.387.487,84	6.112.293,27	275.194,57
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	85.077.665,70	85.077.665,70	0,00
<b>TOTAL</b>		<b>108.097.337,71</b>	<b>107.044.190,74</b>	<b>1.053.146,97</b>

Fonte: SIAFI.

## 8 NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP)

A apuração do resultado patrimonial implica na confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPAs) com as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPDs).

As VPAs são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para UFC e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPDs são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a UFC, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPAs e VPDs, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPAs e VPDs é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

O resultado patrimonial apurado no exercício de 2023 na DVP apresentou-se deficitário em R\$ 20.615.345,47. Ao final do exercício de 2022, o resultado patrimonial foi superavitário em 423.727,768,57. Assim, comparando os resultados dos dois períodos houve uma variação de -104,87% entre os dois períodos. A seguir serão detalhados os itens mais relevantes da DVP, que contribuiram para a o resultado patrimonial do exercício de 2023.

### **8.1 VPA - Transferências e Delegações Recebidas**

As Transferências Intragovernamentais Recebidas são as VPAs mais representativas, sendo responsáveis por aproximadamente 94% do total acumulado de VPAs durante o exercício de 2023. Essas VPA's são decorrentes, basicamente, do valor das remessas de recursos financeiros oriundos do MEC para pagamento de despesas do exercício vigente e de exercícios anteriores (inscritas em restos a pagar). Também compõe a movimentação no período, o recebimento de recursos de órgãos pertencentes a estrutura de outros ministérios, para pagamento de compromissos relacionados a TEDs. O reconhecimento dessas VPAs provocou reflexo no balanço patrimonial, sobretudo na conta Limite de Saque que faz parte do grupo do Ativo Circulante.

### **8.2 VPA – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos – Reavaliação de Ativos**

Durante o exercício de 2022 foram registradas VPAs decorrentes de reavaliação de ativos em valores substancialmente relevantes (407,9 milhões). Isto ocorreu em razão do registro de atualização dos valores dos bens imóveis da UFC, feito com base em índice de inflação. Importante mencionar que o SPIUNET (Sistema Utilizado para controle de bens imóveis no âmbito do Governo Federal), em 2022, tinha como padrão registrar as reavaliações de



imóveis em contrapartida de contas de VPA, para os casos em que se tem uma reavaliação positiva. No entanto, o registro adequado seria em conta de Reserva de Reavaliação (Patrimônio Líquido), conforme disposto no [Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público \(MCASP\) 9ª Edição](#) – Item 11.4.1:

---

*Em consonância com o previsto nas normas brasileiras de contabilidade do setor público, se o valor contábil da classe do ativo aumentar em virtude da reavaliação, esse aumento deve ser creditado diretamente à conta de reserva de reavaliação.*

---

Em 2023 a Secretaria do Tesouro Nacional corrigiu a rotina de contabilização das reavaliações de bens imóveis, que passou a impactar a conta de reserva de reavaliação (Patrimônio Líquido), razão pela qual não houve registro de VPA de Reavaliação de Ativos em 2023.

### **8.3 VPA – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos – Ganhos com Desincorporação de Passivos**

Durante o exercício de 2023 foram registradas VPA's com Ganhos com Desincorporação de Passivos em valores ligeiramente inferiores (-4,08%) ao exercício de 2022. Em sua essência, o valor do saldo deste grupo representa baixas das obrigações de prestação de contas de TED, que ocorreram em valores maiores na unidade gestora do Hospital Universitário. A contrapartida das VPA's deste grupo é a baixa de passivo na conta de Demais Obrigações de Curto Prazo (Passivo Circulante).

### **8.4 VPA – Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas**

As VPA's desse grupo apresentaram, ao final do exercício de 2023, valores 334,46% superiores ao ano de 2022. Durante o ano de 2023 houve o registro de VPA decorrente do reconhecimento de indenizações a receber em valor substancialmente superior ao exercício de 2022. Outro grupo de VPA impactada pelo reconhecimento de indenizações a receber (aumento de 29.574,67% em relação ao ano de 2022), foi o de Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras, em razão do reconhecimento da atualização do valor da indenização a receber. A contrapartida, para os dois tipos de VPA's, é o registro de crédito a receber no ativo circulante.

### **8.5 VPD - Pessoal e Encargos**

Esse grupo de VPDs representa 46,54% do total de variações diminutivas registradas durante o exercício de 2023. Dentro do grupo de Pessoal e Encargos, o item mais relevante é o de Remuneração a Pessoal, onde são registrados os valores de despesas com a folha de pagamento de pessoal ativo. Os valores do grupo Pessoal e Encargos apresentaram um acréscimo de 8,31% quando se compara o saldo ao final do exercício de 2023 com o mesmo período de 2022, o que tem como principal motivo a concessão de reajuste salarial para os servidores em 2023.

#### **8.6 VPD - Benefícios Previdenciários e Assistenciais**

As Variações Patrimoniais desse grupo representam 27,81% do total de variações diminutivas registradas durante o exercício de 2023. Nesse grupo, os valores mais relevantes são referentes a aposentadorias e reformas, onde são registradas as despesas com a folha de pagamento de pessoal inativo. Os valores desse grupo apresentaram um acréscimo de 5,55% quando se compara o saldo acumulado no final do ano de 2023 com o mesmo período de 2022.

#### **8.7 VPD – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/Perdas**

As Variações Patrimoniais desse grupo representam 1,14% do total de variações registradas no exercício de 2023. Quando comparado o valor acumulado ao final do ano de 2023 com o mesmo período de 2022, observa-se um acréscimo de 371,15% em razão do registro maior de ajustes para perdas referentes a créditos a receber inscrito em dívida ativa.

## **9 NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO FINANCEIRO**

A seguir serão detalhados os itens mais relevantes do Balanço Financeiro (BF) de 2023.

### **9.1 INGRESSOS: Receitas Orçamentárias**

As Receitas Orçamentárias arrecadadas durante o exercício de 2023 totalizaram R\$ 10.818.568,38, que correspondem a 0,44% do total dos ingressos da UFC nesse período. A pequena participação das Receitas Orçamentárias (receitas próprias) evidencia que a UFC é mantida basicamente por transferências financeiras recebidas através de repasses do Órgão superior (MEC).

Na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), os ingressos desse grupo correspondem aos ingressos de receitas derivadas e originárias, do fluxo de caixa das operações somados aos ingressos de alienação de bens no fluxo de caixa das atividades de

investimento. Por sua vez, no Balanço Orçamentário, os valores arrecadados no período são apresentados no quadro das receitas.

## 9.2 INGRESSOS: Transferências Financeiras Recebidas

O montante das transferências recebidas pelo órgão durante o exercício de 2023 foi de R\$ 2.050.585.420,55, que representa o repasse recebido do MEC e de órgãos vinculados a outros ministérios.

A Tabela 31 detalha os repasses financeiros recebidos por ministério de origem dos recursos. Nota-se que a quase totalidade dos recursos financeiros recebidos pelo órgão em 2023 é oriunda do Ministério da Educação. Esses recursos são utilizados no pagamento das despesas custeadas com fonte de recursos arrecadados pelo tesouro nacional. Os recursos financeiros recebidos de outros ministérios são referentes aos repasses vinculados à TEDs.

**Tabela 31** - Repasses recebidos durante o ano de 2023

Ministério de origem dos recursos	Total	AV
MINISTERIO DA EDUCACAO	2.042.969.042,19	<b>99,63%</b>
MINISTERIO DA CULTURA	2.191.392,91	0,11%
MINISTERIO DOS TRANSPORTES	2.030.298,96	0,10%
MINIST. DO MEIO AMBIENTE E MUDANCA DO CLIMA	1.469.035,72	0,07%
MINISTERIO DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	1.000.000,00	0,05%
MINIST. DA INTEGR. E DO DESENVOLV. REGIONAL	698.300,00	0,03%
MINISTERIO DAS CIDADES	204.846,25	0,01%
MINISTERIO DO ESPORTE	12.089,39	0,00%
MIN.DA GEST.E DA INOVACAO EM SERVICOS PUBLICO	7.200,95	0,00%
MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	3.214,18	0,00%
<b>Total Geral</b>	<b>2.050.585.420,55</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: SIAFI.

Os sub-repasses concedidos pela unidade gestora da UFC às unidades do Hospital Universitário e Maternidade Escola totalizaram R\$ 230.821.974,36.

Também se inclui nas transferências financeiras recebidas, aquelas para pagamento de restos a pagar, no valor de R\$ 35.845.408,59; movimentações de saldos patrimoniais provenientes de outras unidades gestoras pertencentes ao governo federal, no valor de R\$ 1.635.021,88.

Esse grupo corresponde, na Demonstração de Fluxo de Caixa, às transferências financeiras recebidas que fazem parte dos ingressos do fluxo de caixa das atividades das operações.

## 9.3 INGRESSOS: Recebimentos Extraorçamentários

Os ingressos extraorçamentários, no total de R\$ 259.601.107,91, correspondem a 10,67% do total dos ingressos do órgão, sendo o maior montante (170.553.595,02) referente aos valores do item Inscrição dos Restos a Pagar Processados (RPP), que são despesas que cumpriram até o fim do exercício de 2023, as duas primeiras fases de execução da despesa

(empenho e liquidação). A maior parcela dos RPP se refere a despesas com a folha de pessoal de dezembro/2023. O valor inscrito de RPP ao final do exercício de 2023 foi 59,52% superior ao mesmo período de 2022 em razão da manutenção, ao final do exercício de 2023, de valores a serem recolhidos à Secretaria da Receita Federal, em sua maioria referentes as retenções de Imposto de Renda da folha de pessoal. Durante o exercício de 2023 os valores das retenções de imposto de renda da folha de pessoal passaram a ser recolhidos por meio de DARF único, cujo vencimento, em relação à folha de novembro/2023 e décimo terceiro salário, foi 20/01/2024.

O Art. 103, da Lei 4.320/64, dispõe que "Os restos a pagar do exercício serão computados na receita extraorçamentária, para compensar sua inclusão na despesa orçamentária ", pois "pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente empenhada" nos termos do art. 35, II, Lei nº 4.320/64.

#### 9.4 DISPÊNDIOS: Despesas Orçamentárias

Os dispêndios referentes às despesas orçamentárias, no valor de R\$ 1.938.390.814,20, correspondem a 79,65% do total dos dispêndios do órgão, sendo 52,50% referente a despesas ordinárias e 27,14% referente às despesas vinculadas.

A classificação das despesas orçamentárias em ordinárias e vinculadas é feita de acordo com a fonte de recursos utilizada no empenho. A Tabela 32 apresenta os valores das despesas orçamentárias no exercício de 2023 por tipo de despesas (vinculada ou ordinária) e por fonte de recursos.

O Manual Técnico do Orçamento (MTO 2022), disponível em: <https://www1.siof.planejamento.gov.br/mto/doku.php/mto2022:cap3>, conceitua receitas ordinárias e vinculadas da seguinte forma:

**Destinação vinculada:** processo de vinculação entre a origem e a aplicação de recursos, em atendimento às finalidades específicas estabelecidas pela norma. Há, ainda, ingressos de recursos em decorrência de convênios ou de contratos de empréstimos e de financiamentos. Esses recursos também são vinculados, pois foram obtidos com finalidade específica - e à realização dessa finalidade deverão ser direcionados.

**Destinação não vinculada (ou ordinária):** é o processo de alocação livre entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades, desde que dentro do âmbito das competências de atuação do órgão ou entidade.

**Tabela 32** - Despesas orçamentárias por fonte de recursos

Tipo de despesas	Fonte de Recursos	Dispêndios durante exercício de 2023	AV %
ORDINÁRIAS	RECURSOS LIVRES DA UNIAO	1.277.767.997,12	65,92%
	<b>SUBTOTAL</b>	<b>1.277.767.997,12</b>	<b>65,92%</b>
VINCULADAS	BENEFICIOS DO RPPS DA UNIAO	502.224.057,27	25,91%
	RECURSOS LIVRES DA SEGURIDADE SOCIAL	69.286.344,05	3,57%
	DEM.APL.REC.TIT.TN,EXC.REFIN.DIV.PUB.	62.483.043,47	3,22%

RECURSOS PROPRIOS LIVRES DA UO	10.374.098,79	0,54%
EDUC.PUB., COM PRIORIDADE EDUC.BASICA	6.106.615,83	0,32%
ATIVIDADES-FIM DA SEGURIDADE SOCIAL	4.216.213,72	0,22%
IMPLEMENTACAO DA PNRH E DO SINGREH	3.842.300,00	0,20%
REC.PROP.UO APLIC.EXCL.EM DESP.DE CAPITAL	1.890.756,73	0,10%
DESPORTO-SUPERAVIT VINC.AMORT.PGTO.DIV.	196.586,85	0,01%
SIN.,ENG.TRAF. E CAMPO,POL.,FISC.EDUC.TRAN.	2.800,37	0,00%
<b>SUBTOTAL</b>	<b>660.622.817,08</b>	<b>34,08%</b>
<b>Total</b>	<b>1.938.390.814,20</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: SIAFI.

### 9.5 DISPÊNDIOS: Transferências Financeiras Concedidas

O montante das transferências concedidas pelo órgão no exercício de 2023 foi de R\$ 236.046.471,94, que corresponde a 9,70% do total dos dispêndios. Os valores registrados nesse grupo referem-se à: repasses concedidos para outros órgãos para pagamento de despesas custeadas com o orçamento da UFC, no valor de R\$ 325.614,03; contrapartida de sub-repasse concedido pela UFC ao Hospital Universitário e à Maternidade Escola no montante de R\$ 230.821.974,36; transferências concedidas para pagamento de restos a pagar, no total de R\$ 3.744.975,99; movimento de saldos patrimoniais no valor de R\$ 1.153.907,56. Este último item refere-se, sobretudo, à movimentação de devolução de créditos de folha de pagamento e devolução de auxílio financeiro ao estudante, que são inicialmente arrecadados pela UFC, mas repassados para o Tesouro Nacional, por se tratar de devolução de despesas custeadas com fonte de recursos do Tesouro Nacional.

### 9.6 DISPÊNDIOS: Pagamentos Extraorçamentárias

Os pagamentos extraorçamentários no valor de R\$ 131.205.811,81 correspondem à 5,39% do total dos dispêndios do órgão, sendo a maior parte referente ao pagamento de restos a pagar processados, que totalizou R\$ 107.044.190,74 durante o exercício de 2023. Este montante é decorrente, sobretudo, do pagamento da folha de pessoal de dezembro/2022, inscrita como restos a pagar processados (liquidada em dezembro/2022), que ocorreu no primeiro dia útil de 2023.

## 10 NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A seguir serão detalhados os itens mais relevantes da Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC) do exercício de 2023.

### 10.1 FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS: Transferências Financeiras Recebidas

As transferências financeiras representam quase a totalidade (99,55%) dos ingressos de recursos financeiros no exercício de 2023. A seguir são detalhados os componentes mais relevantes do grupo Transferências Financeiras Recebidas.

O montante R\$ 1.782.279.801,54 refere-se aos repasses recebidos, que são recursos recebidos por meio de transferências financeiras de outros órgãos do governo federal, especialmente do MEC, correspondentes ao orçamento atual.

Compõe também o saldo deste grupo de ingresso, o valor de R\$ 35.845.408,59 recebido para pagamento de restos a pagar.

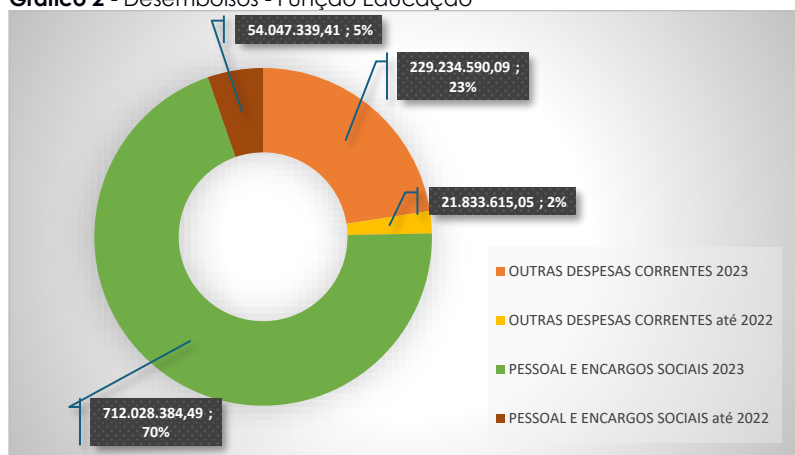
Embora seja referente a movimentações financeiras entre unidades gestoras do órgão, o valor de R\$ 230.821.974,36 de recursos financeiros transferidos da unidade gestora da UFC para o Hospital Universitário e para a Maternidade Escola, também compõe o total das transferências financeiras recebidas, conforme citado no item de Ingressos: Transferências Financeiras Recebidas da Nota Explicativa do Balanço Financeiro.

## 10.2 FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS - Desembolso: Educação

Os dispêndios mais relevantes são relacionados à função de governo Educação, que corresponde a 49,98% do total dos dispêndios realizados ao longo do ano de 2023. Isso se explica por se tratar de uma instituição de ensino.

O Gráfico 2 apresenta os valores dos desembolsos ocorridos em 2023 na Função Educação, segregando-se os valores referentes ao exercício de 2023 e de exercícios anteriores.

**Gráfico 2** - Desembolsos - Função Educação



**Fonte:** SIAFI.

Nessa função de governo, os dispêndios do grupo de despesas Pessoal e Encargos Sociais totalizam R\$ 766.075.723,90 (R\$ 712.028.384,49 referentes à execução do orçamento de 2023 e 54.047.339,41 referentes ao pagamento de restos a pagar). Já as despesas do grupo Outras Despesas Correntes totalizam R\$ 251.068.205,14, sendo R\$

229.234.590,09 referentes à execução do orçamento de 2023 e R\$ 21.833.615,05 referentes ao pagamento de restos a pagar.

Cabe ressaltar que os dispêndios cuja classificação orçamentária da despesa traz a modalidade de aplicação Aplicações Diretas - Operações Internas, que são pagamentos intraorçamentários, são contabilizados como transferências intragovernamentais concedidas, por se tratar de operações entre órgãos pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

### 10.3 FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS - Desembolso: Previdência Social

Outra função de governo com dispêndios relevantes é a função Previdência Social. Essa função de governo apresentou dispêndios no valor de R\$ 598.399.815,06 no exercício de 2023, que representa 29,40% do total dos dispêndios. Os dispêndios dessa natureza são relacionados aos pagamentos de aposentadorias, pensões e sentenças judiciais.

### 10.4 FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS: Desembolsos – Transferências Concedidas – Intragovernamentais

São registrados nesse grupo os desembolsos feitos para outros órgãos, fundos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, conforme detalhado na Tabela 33

**Tabela 33** - Desembolsos – Transferências Concedidas – Intragovernamentais

Natureza de Despesa	Desembolsos em 2023	AV%
<b>CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO</b>		1,39%
	2.475.077,70	
<b>DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>		0,13%
	227.442,91	
<b>OBRIG. TRIBUT. E CONTRIB.-OP. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>		2,88%
	5.137.141,42	
<b>OBRIGAÇÕES PATRONAIS - OP. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>		<b>95,54%</b>
	<b>170.458.985,23</b>	
<b>OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA (INTRA)</b>		0,07%
	123.712,55	
<b>Total Geral</b>		<b>100,00%</b>
	<b>178.422.359,81</b>	

Fonte: SIAFI.

Dentro desse grupo, o item mais relevante, no valor total de R\$ 170.458.985,23, é o pagamento da obrigação patronal do Regime Próprio de Previdência dos servidores públicos federais (PSS – Patronal).

### 10.5 FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO: Desembolsos - Aquisição de Ativo Não Circulante

Este grupo representa o total dos dispêndios relacionados as atividades de investimento feitos durante o exercício de 2023. Em 2023 os valores desembolsados totalizaram

R\$ 13.694.673,69. A Tabela 34 detalha os desembolsos com a aquisição de ativos não circulantes por natureza de despesa e ano de emissão do empenho.

**Tabela 34** - Desembolsos - Aquisição de Ativo Não Circulante

Ano de emissão do empenho	Natureza da Despesa			TOTAL	AV
	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA	OBRAS E INSTALACOES	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		
<b>2020</b>	0,00	339.850,14	0,00	339.850,14	2,48%
<b>2021</b>	751.365,00	0,00	296.833,34	1.048.198,34	7,65%
<b>2022</b>	0,00	3.251.653,55	1.712.008,37	4.963.661,92	36,25%
<b>2023</b>	6.121,26	1.302.976,77	6.033.865,26	7.342.963,29	53,62%
<b>Total</b>	<b>757.486,26</b>	<b>4.894.480,46</b>	<b>8.042.706,97</b>	<b>13.694.673,69</b>	<b>100,00%</b>
<b>% do Total</b>	<b>5,53%</b>	<b>35,74%</b>	<b>58,73%</b>	<b>100,00%</b>	

Fonte: SIAFI.

O A maior parte dos dispêndios deste grupo se referem à aquisição de Equipamentos e Material Permanente (aproximadamente 59%), conforme Tabela 34.